



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 090

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 06 DE AGOSTO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Alysson Wandscheer - Douglas Fabrício - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 090

82ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva..... 02

Presenças..... 02

Abertura da Sessão 02

Expediente:

Ofícios..... 03

Requerimentos 03

Projetos de Lei 04

Pequeno Expediente:

Dep. Douglas Fabrício 07

Dep. Luiz Claudio Romanelli 09

Grande Expediente:

Dep. Elio Rusch 12

Horário das Lideranças:

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Douglas Fabrício 07

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli 10

Liderança do DEM

Dep. Elio Rusch 13

Liderança do PMDB

Dep. Luiz Claudio Romanelli 15

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 16

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 17

Discussão/Votação

2ª Discussão 18

1ª Discussão 24

Requerimentos 26

Encerramento da Sessão 26

DIÁRIO Nº 090

82ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 82ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 06 DE AGOSTO DE 2008

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Luiz Nishimori e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana

Rafagnin, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Alysson Wandscheer, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Carlos Simões, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fábio Camargo, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Ribas Carli Filho, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (41).

Ausentes os Srs. Deputados: Ademar Traiano, Caíto Quintana, Cleiton Kielese, Dobrandino da Silva, Edgar Bueno, Elton Welter, Enio Verri, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Luiz Eduardo Cheida, Plauto Miró e Reni Pereira (12).

Em licença a Sra. Deputada Rosane Ferreira (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:***Ofícios***

Sob o nº PRPREV/PRES - 077/08 - LFB do Sr. Munir Karam, Diretor-Presidente da ParanaPrevidência, em resposta ao pedido de informações requerido pelo Deputado Elio Rusch que pede esclarecimento acerca da dívida do estado do Paraná para com a ParanaPrevidência. **Ao conhecimento do Sr. Deputado interessado.**

Sob o nº 4446/08/REDUR/LD do Sr. Olides Mil-lezi Júnior, Gerente Regional de Negócios da Caixa Econômica Federal, informando o crédito de recursos financeiros (parcela 001), sob bloqueio, no valor de R\$ 2.925.000,00 (dois milhões, novecentos e vinte e cinco mil reais), destinados a este município, na conta vinculada ao Contrato de Repasse nº 0244890-16/07, no âmbito do Programa PRODESA, sob a gestão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que tem por objetivo o apoio a projetos de desenvolvimento do setor agropecuário. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 4447/08/REDUR/LD do Sr. Olides Mil-lezi Júnior, Gerente Regional de Negócios da Caixa Econômica Federal, informando o crédito de recursos financeiros (parcela 001), sob bloqueio, no valor de R\$ 2.096.250,00 (dois milhões, noventa e seis mil, duzentos e cinquenta reais), destinados a este município, na conta vinculada ao Contrato de Repasse nº 0247594-98/07, no âmbito do Programa PRODESA, sob a gestão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que tem por objetivo a aquisição de equipamentos para estações experimentais. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os nºs AL000573, 574, 575, 576 e 577/08 do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando as liberações de recursos financeiros destinados a garantir a execução dos Programas PNAP-Pré-Escola, PNAE - Fundamental, PNAC - PNAE Creche, PNAI - PNAE Indígena e PNAQ - PNAE Quilombola junto a Secretaria de Estado da Educação. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o Protocolo nº 6888/08 do Sr. Leopoldo Jorge Alves Júnior, Diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, comunicando a celebração de convênios da referida instituição com a Fundação Universidade Estadual de Maringá, Universidade Estadual de Ponta Grossa e Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNI-

CENTRO, no exercício de 2008. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o Protocolo nº 6889/08 do Sr. Leopoldo Jorge Alves Júnior, Diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, comunicando a celebração de convênios da referida instituição com a Secretaria de Estado da Educação, Fundação Universidade Estadual de Maringá e Universidade Estadual de Ponta Grossa, no exercício de 2007. **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO S/N

Curitiba, em 06/08/08.

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico à V. Exa. e à Mesa Executiva que me afasto da Liderança da Oposição, cabendo ao nobre Parlamentar Elio Rusch, do Democratas responder como Líder da Bancada a partir desta data.

(a) VALDIR ROSSONI

Requerimentos**REQUERIMENTO Nº 1977**

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a antecipação da Sessão Ordinária do dia 07 de agosto (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 06/08/08.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 1979

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 751/07, de 23/10/07, que revoga a Lei nº 15247, de 11/09/06.

Sala das Sessões, em 06/08/08.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 1974

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações para a Associação da Província de Kôchi (Japão) pela formação da filial no Paraná.

A Associação instalou a sua filial no último dia 16 de junho, na cidade de Londrina, por ocasião do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil, quando da presença do Sr. Governador da Província de Kôchi, Sr. Masanao Ozaki.

Fizeram parte da comitiva naquela data os Srs.: Hidehiro Hamada, Vice-Presidente da Assembléia Legislativa daquela província, os Deputados: Torahitiro Nishiooka, Hiroaki Yamamoto, Satoshi Nakanishi, Toshihiko Takeishi e ainda, Takeo Miogim, Prefeito de Higashit-

suno, Riugi Takemassa, Secretário da Cultura e Relação Exterior e Mika Nishino, Gerente da Cultura e Relação Exterior, Kengo Fujito, Diretor Presidente do Jornal Província de Kôchi e Ken Matsushima, Secretário de Planejamento do Jornal Kôchi.

Na pessoa do Sr. Paulo Yoshida, Presidente da Associação Kôchi no estado do Paraná, desejamos sucesso à nova filial da Associação da Província de Kôchi no estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 06/08/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 1985

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após manifestação do soberano Plenário, seja consignado na ata desta Sessão votos de congratulações ao empresário João Noma, que recebeu dia 01/08/08 o prêmio Empresário do Ano 2008, concedido anualmente pela Associação Comercial e Empresarial de Maringá (ACIM), Sindicato do Comércio Varejista de Maringá (SIVAMAR), Associação Paranaense de Supermercados (APRAS) e Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP).

O homenageado tem 62 anos e é Diretor-Presidente da Noma do Brasil S/A, que gera mais de 850 empregos diretos. O grupo atua nos segmentos de implementos para o transporte rodoviário de cargas, abrangendo fabricação, comércio e serviços, com atuação nos mercados nacional e internacional, e também na revenda de veículos. Além da atuação empresarial, João Noma foi Vice-Presidente do Sindicato das Indústrias Metal-Mecânica de Maringá (SINDIMETAL), Vice-Presidente do Centro das Indústrias do Estado do Paraná (CIEP), Diretor-Conselheiro do SESI/PR e Vice-Presidente da FIEP durante quatro gestões.

Esta Casa se sente honrada em reverenciar a história de vida e a capacidade de realização do Sr. João Noma, e se associa, com júbilo, às merecidas homenagens a ele prestadas pela Associação Comercial e Empresarial de Maringá (ACIM), Sindicato do Comércio Varejista de Maringá (SIVAMAR), Associação Paranaense de Supermercados (APRAS) e Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP).

Requer-se à Mesa Diretora o envio de cópia do presente documento ao Sr. João Noma.

Sala das Sessões, em 06/08/08.

(a) TERUO KATO

REQUERIMENTO Nº 1982

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja informado o andamento de Comissão Parlamentar de Inquérito proposta com o objetivo de investigar possíveis

irregularidades no Serviço Notarial e Registral do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 06/08/08.

(a) JOCELITO CANTO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 335/08

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Bom Sucesso do Sul, com sede e foro no município de Bom Sucesso do Sul, estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06/08/08.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Bom Sucesso do Sul é sociedade civil, sem fins lucrativos, tendo por principais objetivos:

- a) desenvolver projetos com mães gestantes;
- b) incentivo ao aleitamento materno;
- c) atender às mães e crianças necessitadas de alimentação e vestuário;
- d) incentivar os clubes de mães, com palestras de motivação, desenvolvimento de cursos de artesanato, culinária, conservas caseiras, derivados de leite, entre outros, visando a valorização e melhoramento na qualidade das mães, crianças;
- e) realizar eventos culturais;
- f) incentivar à cultura das crianças;
- g) promover e contribuir para o desenvolvimento humano, cultural, social, econômico e o bem-estar às mães e crianças.

A Associação preenche os requisitos exigidos para sua declaração de utilidade pública estadual, conforme comprova-se com os documentos anexados. A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Bom Sucesso do Sul, possui personalidade jurídica, com Estatuto registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de Pato Branco, no estado do Paraná.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 336/08

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os estabelecimentos bancários, as empresas que mantêm guichês em terminais rodoviários e as

empresas que mantêm guichês em aeroportos em funcionamento no estado ficam obrigadas a manter, no mínimo, uma cadeira de rodas à disposição de portadores de necessidades especiais, idosos ou de pessoas necessitadas, circunstancialmente, do uso do equipamento, quando em trânsito.

§ 1º A utilização do equipamento a que se refere o *caput* deste artigo será gratuita.

§ 2º O equipamento a ser mantido e utilizado deverá estar de acordo com as recomendações da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

§ 3º As empresas e estabelecimentos bancários deverão providenciar a cadeira de rodas a que se refere o *caput* deste artigo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta lei.

Art. 2º As empresas deverão afixar placas ou cartazes, em locais visíveis, indicando a disponibilidade e o local que abriga o equipamento para oferecimento e utilização pelo usuário necessitado.

Art. 3º O descumprimento desta lei sujeita ao infrator a aplicação de multa, a ser prevista no regulamento, sem prejuízo de outras cominações legais.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de (60) sessenta dias da data de sua publicação.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06/08/08.

(a) JONAS GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

Com a promulgação da Constituição Brasileira em 1988, os direitos individuais, coletivos e sociais tiveram uma série de inovações, principalmente com relação aos segmentos da sociedade tidos, até então, como marginalizados, e, por isso mesmo, desprotegidos da ação do estado e da própria sociedade, como a criança e o adolescente, o idoso e o portador de deficiência física.

O novo cenário constitucional calcado no princípio de respeito à cidadania introduziu, por decorrência, normas como o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei Federal nº 9069, de 13/07/90) e o Estatuto do Idoso (Lei Federal nº 10741, de 01/10/03).

Este panorama introdutório é apenas para ressaltar duas significativas facetas da nova preocupação do estado e da sociedade em assegurar dignidade ao cidadão necessitado pela afirmação do seu direito positivo, traduzido por cidadania. No âmbito da Constituição Federal é amplo o instrumental que fundamenta o assunto. Vejamos: artigo 1º, II e III; artigo 3º, I e IV; artigo 5º, *caput*; artigo 6º, *caput*, e artigo 203, IV. A Constituição Estadual, com maior ou menor particularização, agasalha os ditames da Carta Magna Brasileira.

A legislação infraconstitucional, por sua vez, de forma genérica, tratando da acessibilidade e locomoção

da pessoa portadora de necessidades especiais *pro-tempore*, ou mesmo circunstancialmente, por meio da Lei Federal nº 10098/00 estabelece normas e critérios básicos sobre o amparo e proteção a essas pessoas. Ainda, nesta seara outros normativos federais firmam disposições pertinentes à assistência e integração social do ser humano portador de necessidades especiais (Lei nº 7853/89), assim como concede isenções e benefícios tributários (Lei Complementar nº 053/86; Lei nº 8383/91; e Lei nº 8687/93).

Entretanto, determinadas situações, que ferem a dignidade e a cidadania, dos portadores de necessidades especiais, crianças, idosos ou de quaisquer pessoas necessitadas ainda carecem de expediente normatizador. Porém, antes de adentrar ao mérito desta questão vejo como necessário registrar que, segundo o censo do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Brasil possui um contingente de portadores de deficiências diversas da ordem de mais 25 milhões de pessoas. Esses números mostram um quadro preocupante, muito embora no campo legal medidas protetoras tenham sido dispostas, sem, contudo, alcançar o desiderato protetor e de amparo pretendido.

Considerável parcela desse universo de brasileiros encontra-se, na verdade, impedida de exercer plenamente sua cidadania, independente das circunstâncias de momento, na proporção em que encontra sérias dificuldades para se locomover no espaço residencial e urbano ou em situação e área de restrição pontual. É preciso, pois, assegurar a acessibilidade como complemento da política e do direito de inclusão social.

As restrições ou dificuldades de mobilidade, ao contrário do que muitos pensam, não se restringem apenas aos usuários permanentes de cadeira de rodas. Existem os que ficam contingenciados temporariamente por fatores como idade, gravidez, obesidade, doença, deficiência visual, etc.

Assim, promover condições de acessibilidade e locomoção é proporcionar mobilidade irrestrita, com autonomia e segurança, eliminando quaisquer tipos de barreiras, independente de ambiente e de circunstâncias. Isto marca o reconhecimento de um direito abrangente resultante de conquistas sociais importantes, que reforçam o conceito de cidadania.

Apesar da legislação constitucional e infraconstitucional verifica-se que na maioria das unidades da federação e em determinadas circunstâncias ainda não são integralmente atendidas as necessidades de acessibilidade e locomoção de maneira eficaz. Uma carência pontual, inclusive de solução bastante reclamada, é a inexistência de cadeira de rodas em terminais rodoviários, aeroportos e bancos para utilização gratuita pelo usuário necessitado.

Ainda, o Código de Defesa do Consumidor preconiza normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social, nos termos dos artigos 5º, inciso XXXII, 170, inciso V, da Constituição Federal

e artigo 48 de suas Disposições Transitórias. Neste diapasão, e em conformidade com os direitos e garantias fundamentais do cidadão, como o direito à igualdade e da dignidade da pessoa, é que as empresas de que trata o presente projeto de lei, devem se adequar à legislação para possibilitar o atendimento igualitário a todos os consumidores.

Portanto, para sanar a carência apontada, no âmbito deste estado, que trago à discussão deste Poder Legislativo o presente projeto de lei que, em síntese, dispõe sobre *a obrigatoriedade de empresas que mantêm guichês em terminais rodoviários e aeroportos, bem como os estabelecimentos bancários de disponibilizarem cadeiras de rodas*, haja vista o embasamento constitucional e legal que fundamenta a proposição e os relevantes méritos nela insertos. Desse modo, para que o objetivo pretendido seja alcançado e os benefícios dispostos sejam materializados para o universo abrangido pela extensão da futura lei, cumpre-me submeter esta matéria à qualificada apreciação de meus distintos Pares, aos quais peço, nesta oportunidade, o devido apoio para a sua recepção, regulamentar tramitação e merecida aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 337/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o artigo 2º, da Lei nº 13115, de 15/02/01, alterada pela Lei nº 14677, de 06/04/05, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Cabe, exclusivamente, aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentarem projetos de lei concedendo título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná.

Parágrafo Único. Cada Deputado poderá apresentar um projeto de concessão de título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito, à sua escolha, por legislatura”.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06/08/08.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei, que objetiva alterar o artigo 2º, da Lei nº 13115, de 15/02/01, alterada pela Lei nº 14677, de 06/04/05, que disciplina a concessão de títulos honoríficos.

Justifica-se, a presente proposição, porque a mesma impõe de limite à concessão dos títulos de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito no estado do Paraná, procurando valorizar a honraria, tornando-se uma distinção excepcional e invulgar.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 338/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Asilo São Vicente de Paulo de Mandaguari, com sede e foro no município e comarca de Mandaguari.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06/08/08.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O Asilo São Vicente de Paulo de Mandaguari é uma associação civil de direito privado, beneficente, caritativa e de assistência social sem fins econômicos, com prazo indeterminado de duração e com sede e foro na comarca e cidade de Mandaguari - estado do Paraná e instalado à rua Luiz Trintinalha, 2026 - Jardim Esplanada/PR.

Tem por finalidade precípua manter estabelecimento destinado a abrigar pessoas idosas de ambos os sexos, proporcionando-lhes assistência material e espiritual, em condições de liberdade e dignidade, visando a preservação de sua saúde física e mental.

Pelos anos de existência da entidade e pelo trabalho que vem prestando a favor de seus associados, está habilitada a ser reconhecida de utilidade pública estadual.

Contando com o voto favorável de todos os nobres Colegas Parlamentares, agradeço o apoio.

PROJETO DE LEI Nº 339/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica acrescido, na Lei nº 6994, alterada pelas Leis nºs 8589 e 12816, que dispõe sobre as normas para declaração de utilidade pública, o artigo 5º, renumerando o atual artigo 5º para artigo 6º.

“Art. 5º Cada Deputado poderá apresentar um projeto de declaração de utilidade pública, à sua escolha, por Sessão Legislativa.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06/08/08.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo de melhorar a pauta das comissões permanentes e da Ordem do Dia da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e, também, selecionar as sociedades civis, associações e fundações que realmente mereçam o reconhecimento de utilidade pública estadual.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 340/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Projeto Renascer, com sede e foro no município de Apucarana.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06/08/08.

(a) DR. BATISTA

JUSTIFICATIVA:

O Projeto Renascer, entidade sem fins lucrativos, com sede e foro no município de Apucarana, tem por finalidade promover e organizar o maior número de pessoas, independente de sexo, orientação sexual, cor, credo, convicções filosóficas, condição social, idade, profissão, interessadas em frear a epidemia HIV/AIDS, defender a liberdade de orientação sexual e defender a Cidadania, a conscientização e também visa a manutenção dos Direitos Humanos em geral junto aos mais variados públicos.

Sendo assim, esperamos contar com apoio dos nobres Pares para a aprovação da proposição em tela.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Douglas Fabrício.

Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente Deputado Nelson Justus, Sras. e Srs. Deputados.

Deputado Valdir Rossoni, quando fiz campanha - fiz três campanhas na minha vida, V. Exa. deve ter disputado mais, só de mandato V. Exa. tem cinco - até seus cabelos estão mais brancos que os meus, porque cada campanha nos deixa de cabelo branco - a primeira campanha que disputei foi para Deputado Federal e eu fiquei de suplente, 5º suplente, não tem chance nenhuma de chegar lá. Na segunda foi para Prefeito em Campo Mourão. A diferença foi bem pequenininha e eu fiz uma campanha sem prometer nada. Tem candidato que promete o mundo e o fundo, teve até promessa de baixar imposto, que não ia cobrar IPTU e não foi isso que aconteceu; pelo contrário, aumentou. Teve promessa de remédio de graça, para vocês terem uma noção foi uma promessa assim: "Se não tiver remédio no posto de saúde você vai na farmácia que a Prefeitura paga." Fizemos debates na televisão e teve promessa dessa natureza.

Aí eu disputei para Deputado Estadual e consegui, graças a Deus e às pessoas que me ajudaram na eleição. Na campanha eu colocava o seguinte: qual é a função do Deputado? Deputado Valdir Rossoni, Elio Rusch, me ajudem, qual é a função do Deputado? Fiscalizar. O que mais? Apresentar projetos de lei. Mas a principal delas qual é? Fiscalizar. Então a principal função dos Deputados é fiscalizar, fiscalizar se o dinheiro público está sendo bem aplicado, se o Governador está cumprindo a Constituição, se o orçamento está sendo executado conforme foi aprovado. Não é esse o nosso papel aqui? Porque eu vi pessoas reclamando da pauta, dizendo que tinha poucos projetos na pauta, vi pessoas reclamando da pauta da Assembléia, mas tudo que a Assembléia faz tem alguém para reclamar. Quando fazemos alguma coisa boa, quando discutimos aqui projetos e fiscalizamos o Governo, como fizemos com o caso da SANEPAR, lá atrás, os elogios são poucos!

Então, hoje eu queria aprender novamente: qual é o nosso papel, enquanto Deputados? Não é fazer a fiscalização? É esse o papel. Quando fui candidato, coloquei que eu ia fazer a fiscalização do Governo, fosse ele qual fosse, poderia ser o Rubens Bueno que era o meu candidato, eu trabalhei no 1º turno, poderia ter sido ele, eu ia aqui fazer a fiscalização! Cobrar ações de melhorias, investimento público, na hora da distribuição do orçamento para a minha região, é claro, mas também fiscalizar. Tenho uma prerrogativa na questão do nepotismo. Acho que não devemos indicar parentes, essa é a minha opinião. Tem Governos que fazem isso, tem Prefeitos que fazem isso. A população não gosta disso.

Então a campanha terminou, me elegi como Deputado, o Governador Requião se elegeu como Governador. Quero reiterar aqui, mais uma vez, aproveitando o Pequeno Expediente, para cobrar apoio do Governo para a nossa região para a questão da Segurança. Ontem falamos aqui sobre essa questão da Segurança e ainda não está resolvido.

Deputado Jonas Guimarães, prenderam um cidadão na minha região, vi pelo jornal, prenderam-no em outro estado. Mas na casa da avó dele, que mora lá em Campo Mourão, encontram dinheiro, cofre, tudo aquilo que diz respeito aos traficantes. Até uma maquininha, Deputado Valdir Rossoni, de contar dinheiro tinha com esse cidadão, lá na casa da avó dele.

V. Exa. me concede o horário da Liderança do PPS?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente.

Passa a usar o horário da Liderança do PPS

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Qual é o problema que estamos detectando dessas mortes? Drogas. Está precisando a Polícia Federal, em

Campo Mourão, precisamos ter a Polícia Federal lá porque ali é um roteiro que vem de Foz do Iguaçu, vem de Cascavel e fica bem numa forma que concentra o tráfico. Isso é o pedido que quero deixar aqui registrado. Precisamos ter um escritório da Polícia Federal em Campo Mourão.

Com quem conversamos, Deputado Rossoni? Tem que ser com o Governo Federal? Porque eu já visitei o Superintendente da Polícia Federal, aqui em Curitiba, pedindo estrutura, pedindo que ele pudesse colocar. Colocou-se à disposição, gente boa, me atendeu muito bem, mas ainda não conseguimos efetivar esse pedido em um escritório da Polícia Federal.

Ontem foi colocado aqui, pelo Deputado Marcelo Rangel, que existe a possibilidade do Governo colocar um núcleo, que é o núcleo para cuidar justamente desse setor. Algumas cidades do Paraná já têm, mas daí é o Governo Estadual, que vamos também cobrar do Secretário da Segurança. Então, são ações que estamos vendo e que são necessárias para ajudar no desenvolvimento da nossa região.

Outro assunto que gostaria de colocar aqui, e tive o apoio de todos os Deputados na época que começamos essa cobrança, desde o primeiro dia de mandato, lembro que o Deputado Valdir Rossoni até fez um aparte e falou um pouco desse assunto. Agora temos aqui o Deputado Jonas Guimarães. Deputado Jonas, gostaria de saber como anda a Estrada Boiadeira? Que mês nós estamos hoje? Agosto. Certo, o acordo do compromisso do Superintendente do DNIT, David Gouvea, era que até o final de julho recomencariam as obras lá na Estrada Boiadeira. Quero fazer um questionamento aqui: já recomencaram essas obras? V. Exa., Deputado Jonas Guimarães, tem essas informações se essas obras já recomencaram lá na nossa região?

O Sr. Jonas Guimarães (PMDB)

Deputado, tentei falar com o David, que é o Superintendente aqui em Curitiba, ele está em Brasília, não consegui. Falei a V. Exa. que eu iria falar com ele hoje, tentar falar, mas até hoje ainda não começaram as obras. Espero que ele venha com alguma novidade de Brasília. Vamos tentar falar com ele, vamos continuar, porque o nosso trabalho não terminou. Lógico que ele nos prometeu, estava certo que as obras até o final de julho iriam começar, e, se não começaram ainda, é lógico que temos que continuar cobrando e acompanhando, porque diz que água mole em pedra dura, tanto bate até que fura. Vamos cobrando para que saia o término dessa rodovia que é de suma importância para toda a nossa região.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Obrigado, Deputado Jonas Guimarães. O senhor é um parceiro que temos aqui na Assembleia Legislativa para ajudar a defender a nossa região.

Então, essa obra, que é uma promessa de muitos anos e que não está concluída ainda, é a Estrada Boia-

deira, que na nossa região de Campo Mourão até a rodovia ainda faltam em torno de 64 quilômetros para serem concluídos, vamos continuar cobrando para que o Governo Federal e o Governo Estadual cumpram, principalmente o Governo Estadual, porque o Governador passou na nossa região e disse que se o Governo Federal fizesse metade da obra, ele faria a outra metade. Só que até agora, de metade em metade, nada foi feito e só estamos vendo as nossas cobranças aqui na Assembleia. Já estivemos inclusive visitando a obra da Estrada Boiadeira, que não está concluída, sendo aliás que nem recomencaram as obras ainda.

Então, a nossa preocupação é cobrar para que sejam recomencadas as obras, até porque ele falou que até o final de julho recomencariam as obras e não recomencaram, pelo menos é a informação que tenho. Na próxima semana farei uma visita à Estrada Boiadeira e até gostaria de convidar o Deputado Jonas Guimarães, se V. Exa. tiver disposição e estiver com espaço em sua agenda, para que na próxima semana, provavelmente na quinta ou sexta-feira, pudéssemos fazer uma visita em Tuneiras do Oeste, e voltando de Tuneiras do Oeste sentido Campo Mourão, que é ali que temos a grande dificuldade, que possamos cobrar tanto do Governo Estadual como do Federal a conclusão dessa obra.

Quero falar mais um assunto, o Projeto de Lei nº 286, embora discutiremos melhor ainda esse projeto, mas ele é um projeto do Governo do Estado, de autoria do Poder Executivo, que objetiva crescer e alterar dispositivos da Lei nº 1943/54, que é o Código da Polícia Militar do Paraná; da Lei nº 5940/69, que é a Lei de Promoções de Praças; e mais a outra Lei nº 6417/73, que é do Código de vencimentos da Polícia Militar do Paraná. Essas três leis que estão sendo alteradas agora pela Lei nº 286/08, visam oferecer condições de melhorias e inclusive de aumento de salário aos policiais militares.

Estivemos fazendo uma discussão e conversei inclusive com o Deputado Romanelli e com o Deputado Valdir Rossoni, mas conversei ontem com representantes das classes dos policiais. O Governo pode até dizer que está atendendo os policiais, mas estamos preparando e a Bancada de Oposição vai oferecer algumas emendas e se essas emendas de hoje à tarde forem aprovadas, aí sim os policiais estarão sendo atendidos na sua forma, como eles querem e como eles precisam ser atendidos. São as emendas que vamos discutir provavelmente na semana que vem, porque hoje serão apresentadas, aí retorna para a Comissão de Constituição de Justiça e aí vamos discutir na semana que vem as emendas e quero já aproveitar e pedir o apoio de todos os Deputados para votarem a favor das emendas que estamos propondo junto com a Bancada de Oposição para ajudar o desenvolvimento da Segurança Pública do Paraná.

O Governo, embora seja época de campanha, está apresentando esse projeto de aumento de salário, de melhorias para os policiais militares e também está discutindo um aumento para os professores. E é isso aí, Depu-

tado Romanelli! Agradeço muito vocês terem atendido o nosso pedido! Nós, enquanto Oposição, fizemos o pedido e a reclamação quando vocês trouxeram esse projeto de aumento em 1º de maio. Lembram? E realmente vocês não estão atendendo todo o nosso pedido, porque o nosso pedido era para um aumento maior, era de 19% aos professores e aos policiais militares. Agora está chegando um projeto, separado um do outro, o dos professores oferecendo 10% de aumento. E hoje eu vi no Jornal do Estado, que é um grande jornal do estado do Paraná, que os professores não estão contentes com os 10%. E V. Exa. também leu os jornais e viu que os professores não estão contentes, porque queremos que o aumento seja maior, até porque se fala quando vem prestar contas aqui de arrecadação, se fala que é um Governo que está arrecadando bem, que está cuidando bem do dinheiro público, mas na hora de aumento para os professores, e lá em 1º de maio era bem pequeno o aumento, daí nós da Oposição cobramos, brigamos e fizemos com que o Governo repensasse. Aí o Governador esperou que chegasse a campanha política, campanha eleitoral, agora vai trazer para cá um projeto de aumento aos professores.

Não sei o que o Governo está querendo, se é ganhar os votos dos professores por causa desse projeto. Acho que não vai ganhar. Os professores merecem o aumento, mas não só esse. E os policiais militares também merecem, até porque nós, é bom deixar claro aqui mais uma vez, há três meses atrás já cobrávamos que teria condições, sim, do Governo oferecer aumento diferenciado para os professores e também para os policiais militares. O que queremos deixar reforçado aqui é o seguinte: que nós, enquanto Oposição, vamos propor emendas ao Projeto nº 286, que hoje está na pauta na 2ª discussão, que fala sobre o trabalho dos policiais militares, que altera algumas leis e também vamos propor emendas para os professores quando o projeto chegar aqui nesta Casa. Já que o Governo está atendendo, embora tardiamente, um pedaço da nossa vontade de melhorar a condição de vida dos professores, vamos ver se conseguimos melhorar ainda mais.

Era isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, com a palavra Deputado Luiz Claudio Romanelli.

**Deputado Luiz Claudio Romanelli
(PMDB)**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Certamente, depois do que eu quero falar aqui por primeiro, Deputado Belinati, eu entro, Deputado Douglas Fabrício, no debate político. Mas quero aqui nesta tribuna, hoje, fazer uma homenagem póstuma a um grande companheiro que todos nós tivemos, especialmente os Deputados que integram a Bancada do PMDB e da nossa

base, e também, é claro, todos aqueles que puderam partilhar e conviver com o nosso querido Deputado Mohammad Ali Hanze, como era o seu nome de batismo. E o Mamede eu tive o prazer e o privilégio de conviver e privar da sua amizade pessoal durante os últimos 20 anos de convivência. Para mim foi uma vida, um período intenso da minha vida pública e também momentos de aflição da minha vida pessoal, e sempre encontrei no Mamede, Deputado Jonas, uma pessoa que muitas vezes me serviu como um pai, pela orientação, pela firmeza, pelo apoio político que ele me deu em eleições, e ao mesmo tempo da parceria que pude fazer com o Mamede na área da habitação.

Construímos juntos mais de 1.200 casas em Cambará, da COHAPAR, e o Prefeito Mamede construiu ao todo, em Cambará, durante o período que foi Prefeito, que na verdade ele assumiu a Prefeitura em janeiro de 1989, ele construiu 4 mil novas unidades habitacionais. Mamede conseguiu fazer com que Cambará, que era um município eminentemente agrícola, pudesse ter pelo menos duas grandes plantas industriais, que é a Yoki, indústria de alimentos, e a Panco, uma das mais modernas plantas industriais do nosso estado. Foi graças à valentia, à firmeza de um homem que nasceu no Líbano. Ele tinha 80 anos. Disputou as eleições com 78 anos. Teve mais de 42 mil votos nessas eleições. Foi Prefeito por três vezes de Cambará e ajudou a eleger dois outros Prefeitos.

Ele foi a ruptura de um grupo da elite cambaraense. Ele rompeu com a elite e estabeleceu: “Governo para ser bom, é Governo para o povo”. Foi o que ele fez como administrador público, com uma sensibilidade extraordinária, justamente para atender quem precisa de Governo.

Durante esse período ele adotou algumas políticas que foram revolucionárias em Cambará. Na área da Saúde construiu um hospital municipal. Ele dá a resolução a esse hospital de uma forma muito importante no atendimento da Saúde cambaraense. Não atende só Cambará, atende a região.

Foi uma pessoa que teve influência não só em Cambará, mas em toda a região, porque ele passou a ser sinônimo daquela pessoa preocupada com os mais pobres, de uma pessoa que governa pensando nos mais pobres, nos trabalhadores cortadores de cana, nos empregados urbanos, nos agricultores.

O Mohamad passou a ser sinônimo de povo. Fez algumas coisas, ao longo de sua vida, que são fantásticas. Vou dar um exemplo aqui: ele, num determinado momento, quando a Duke Energy adquiriu as hidrelétricas da CESP, havia uma negociação do pagamento dos atrasados, das indenizações para as Prefeituras. Muitos Prefeitos da região atendiam os convites dessa empresa. Levavam os Prefeitos para passear de helicóptero em cima da represa, enfim, ao troco de quase nada, o município aceitava aquela indenização e se resolvia a pendência, por conta das áreas alagadas.

O Mohamad não. Ele, velho libanês, naturalizado brasileiro, naturalizou-se em 1980, porque amava profundamente essa pátria, a pátria dele era a brasileira. Ele resolveu enfrentar a poderosa Duke Energy. Não fez acordo. E ele teve a sorte de ter um Deputado Federal que sempre foi muito atuante. Falo do Deputado José Janene. E se tem um lugar onde ele é respeitado é em Cambará. Podem criticar o Deputado Janene, mas se tem alguém que atendeu o município de Cambará foi o Deputado Janene. E o Mohamad, respaldado pelo Deputado Janene, Presidente da Comissão de Energia da Câmara dos Deputados.

Enquanto os outros municípios da região com R\$ 150, R\$ 200 mil fizeram os acordos, entre equipamentos e dinheiro, Cambará recebeu mais de R\$ 10 milhões. Recebeu por quê? Recebeu por conta da fibra, da determinação, da garra de uma pessoa que não se deixava levar por algumas cortesias que eram feitas. Para Mamede, o que tinha que prevalecer era o interesse público.

Quanto a esse episódio da Duke Energy, emblemático em Cambará, foi ele o responsável. No momento que o Governo do Mamede estava sitiado pelo Governo Jaime Lerner, porque em Cambará não recebíamos absolutamente nada do Governo por conta da discriminação odiosa que, naquele momento, havia sido imposta a Cambará, porque o Mamede, claro, companheiro nosso firme do PMDB, nunca abriu mão de apoiar os candidatos do partido. Vocês sabem que tanto o Governador Requião, que sempre ganhou as eleições, mas o Waldyr Pugliesi, nosso companheiro, Líder da Bancada do PMDB nesta Casa, quando candidato ao Senado, em 1990, enquanto muitos abandonaram o Pugliesi, o Mamede não. Lá em Cambará, o Pugliesi ganhou a eleição para o Senado. Como também em 1989, um dos poucos municípios em que Ulysses Guimarães ganhou a eleição, no Brasil, foi em Cambará, porque o velho Mamede firme, coerente, estava com seu partido.

Aprendi muito nesses 20 anos de convívio com o Mamede. Aprendi vendo uma pessoa articulada. Ainda no início do mandato passado, a preocupação do Mamede era instalar a Câmara de Comércio Brasil-China na seção Paraná, ou seja, para incrementar o comércio entre o estado do Paraná e a China, coisa que esta Casa aprovou. Foi uma lei de autoria dele. A Câmara está instalada, é um instrumento importante do comércio bilateral entre o nosso estado e aquele país, mas não é só isso. O que aconteceu, ao longo destes anos, com a liderança do Mamede na região, foi um incremento muito importante do ponto de vista do desenvolvimento econômico e social da região. Há muitos desafios ainda a serem realizados, mas para quem não sabe, o grande inspirador de políticas sociais importantes do nosso Governo foi o Mamede.

Vou dar dois exemplos de idéias do Mamede que o Governador Requião aceitou. A primeira delas: a luz de graça para o povo que não pode pagar. O Programa Luz Fraterna, que esta Casa votou, transformou em lei, é idéia

do Mamede. Reconhecendo a profunda desigualdade social, aí vai o Mamede, naquele estilo que conhecemos de poucas palavras, duro, mas com o coração que era do tamanho dele, vendo justamente o drama das famílias mais pobres e, também o Programa da Tarifa Social da Água. Dois programas do Governo Requião, amplamente debatidos, discutidos e aprovados, porque um atende mais de 1 milhão de pessoas, outro mais de 1 milhão e 400 mil pessoas, e que foram idéias do Deputado Mamede.

Passa a usar o horário da Liderança do Governo

Estou vendo no telão a homenagem que a TV SINAL faz ao Mamede, colocando imagens dele, neste momento. Imagens dele visitando pessoas, conversando com pessoas em Cambará, que era o que ele gostava de fazer. É muito interessante, porque evoca em todos nós essa figura que foi muito respeitada em vida, respeitada porque ele era uma pessoa que tinha opinião, tinha ponto de vista e se dedicava, de fato, ao povo, e respeitado em morte porque, como disse o Presidente Nelson Justus, ontem, nesta Casa, tão logo soubemos do passamento, naquela quinta-feira pela manhã, o Presidente Nelson Justus, o Governador Requião, o Deputado Alexandre Curi, o Vice-Governador Orlando Pessuti, entre outras pessoas, nos dirigimos ao Hospital Angelina Caron, e dali, representando a Assembléia, acompanhei o corpo, claro, do Deputado Mamede até o município de Cambará. E, claro, acompanhamos tudo, não só o seu velório, mas o seu sepultamento, com o Presidente Nelson Justus, o Governador Requião, o Vice-Governador Orlando Pessuti, e eu até listei que desta Casa, o Deputado Waldyr Pugliesi, Líder da nossa Bancada, o Deputado Caíto Quintana, o Deputado Luiz Eduardo Cheida, o ex-Deputado Federal José Janene, que também estava em Cambará, o Deputado Federal Alex Canziani, a Deputada Beti Pavin, o Deputado Alexandre Curi, o Senador Álvaro Dias, além, é claro, de todos os Prefeitos da região, Vereadores, lideranças políticas, e esta Casa, de forma majoritária, representada pelo Presidente Nelson Justus.

Quero dizer a V. Exa. que a marca do Mamede é uma marca que vai ficar, muito fortemente, registrada na história da política do nosso partido, o PMDB, em Cambará, na região e na história do estado do Paraná. Um homem é conhecido por suas idéias. Eu, na missa de 7º dia, na semana passada, ouvi o nosso vigário, de Cambará, falar e ouvi o Padre Marcelo dizer o seguinte - o Mamede era muçulmano, embora tenha sido batizado como cristão porque casou com a Dona Inês, já falecida, que também, claro professava a fé cristã, e ela exigiu do Mamede: "Mamede, para o casamento você tem que se converter ao cristianismo". E o Mamede, que era uma pessoa extremamente espirituosa, se contássemos algumas das suas histórias, não vou contar publicamente porque certamente não é o caso, mas foi uma pessoa

espiritual, tem momentos fantásticos, assim, de decisões que ele tomou com base na lógica daquelas pessoas que são sábias, não por terem frequentado as melhores universidades, mas são sábias porque são inteligentes, se conseguem aprender do povo justamente aquilo que é a lógica do processo civilizatório. E esse foi o Mamede, com essa capacidade de síntese, de objetividade, de firmeza, de coerência, e que aqui entre nós conviveu pouco, é verdade, porque estava enfermo e teve que se retirar.

Por isso, Deputado Jonas Guimarães, que já havia assumido no período em que o Mamede estava adoentado, assumiu definitivamente a vaga em nome do Mamede. Certamente essa cadeira que V. Exa. ocupa, que foi ocupada por um homem honrado e V. Exa., pela sua conduta e pela sua postura, também dignifica o lugar desse nosso grande companheiro na nossa Bancada do partido e, claro, nesta Casa de Leis.

Entendo que esta Casa tem mesmo que reverenciar a memória desse homem extraordinário, um homem do seu tempo, porque conheci poucas pessoas que aos 80 anos de vida era tão atual, pensava tanto no futuro, tinha tantos planos, tinha esperança em relação não só a sua vida pessoal, mas principalmente em relação à sociedade contemporânea. Era um homem contemporâneo, era um homem do futuro, era uma pessoa que tinha sempre uma capacidade de enxergar à frente e, fundamentalmente, era uma pessoa que tinha visão de mundo, uma visão solidária, um conhecedor da política internacional, conhecendo fundamentalmente até através da cultura do mundo árabe, com uma visão muito crítica dessa sociedade neoliberal em que vivemos. Ou seja, ele sempre foi um comerciante, uma pessoa que viveu dos seus próprios negócios, mas tinha uma visão socialista do mundo, justamente por conta de reconhecer a profunda desigualdade social.

Por isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, queria dizer que o período do Mamede, nesta Casa, ele sempre dizia que foi um período que ele conheceu aqui ótimas pessoas, bons amigos, recebeu aqui sempre uma relação muito fraterna de cada um dos Parlamentares. Entendo que só não velamos o Mamede aqui porque era o período de recesso. Nós que optamos, a família, o Prefeito Neto de Cambará, o Presidente Nelson Justus, o próprio Governador Roberto Requião achava que deveríamos vir. Depois reconhecemos que a grande homenagem era aquela que foi prestada pelo povo cambaraense e de toda a região.

Eu diria que foi toda a cidade durante todo o período, um longo velório. Mas todo o povo passando de forma respeitosa. Uma coisa que impressionou a todos, o caixão do Mamede em cima do caminhão do Corpo de Bombeiros, a homenagem foi prestada com toda a praxe que deve seguir o ritual. O povo chorava, as pessoas choravam, era uma coisa endêmica o choro.

O Sr. Artagão Júnior (PMDB)

Deputado Romanelli, concede-me um aparte?
(Assentimento)

Quero me somar ao vosso pronunciamento, no sentido do reconhecimento às ações e à história do Deputado Mamede. Um cidadão, uma pessoa, você não conhece somente por suas palavras e você não se lembrará por suas palavras, mas muito mais por suas ações e pela história que o ajudou a construir. Sabemos um pouco da bela história que o Mamede construiu ao longo da sua vida em Cambará, na região, em todo o Paraná, como no Brasil.

Recordo-me e conversava há poucos com o Alexandre Curi, que há pouco tempo, há cerca de cinco, seis meses atrás, nós aqui em uma discussão acalorada em um tema muito controverso, em uma votação que se estendeu até mais de meia-noite, uma hora da manhã, onde todos nós olhávamos para o Deputado já convalécido e sugeríamos a ele para que fosse para casa descansar, ou para o hospital para ver se tudo estava bem, e ele se negava a sair daqui, porque tinha um compromisso com o povo do Paraná. Esta é uma pequena demonstração de como era o Deputado Mamede.

Por esse seu exemplo e atitude singela, destaco aqui e como por todas as outras que V. Exa. bem colocou e não podemos colocar todas, porque senão passaríamos a tarde inteira falando apenas das boas histórias, ações e do bom exemplo que ele deixou. Mas é por isso sim, pelo seu exemplo de vida, pela sua demonstração de coragem, de garra, seriedade e de sensibilidade é que ele merece o nosso respeito, a nossa homenagem e a nossa lembrança.

Parabéns, Deputado Romanelli, pela vossa lembrança e pelo vosso pronunciamento nesta singela homenagem, que é extremamente merecida.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Agradeço, Deputado Artagão.

Penso que faço isso em nome da Casa, com a responsabilidade de uma amizade, que por mais de 20 anos pude ter como Deputado Mamede. Entendo que nós aqui perdemos muito.

A atitude do homem é o que marca mesmo. Concordo com o Deputado Artagão que as atitudes de Mamede sempre vão marcar a sua personalidade, coerência, firmeza, lealdade e fundamentalmente a sua capacidade de definir aquilo que é certo para um homem público fazer. Por isso que a sua história vai certamente engrandecer a história da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, por ele ter aqui passado e convivido entre nós. Viva o nosso Deputado Mamede!

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, era isso.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Meus cumprimentos ao Deputado Romanelli. Ninguém melhor do que V. Exa. para prestar esta homenagem em nome da Assembleia. Parabéns!

Com a palavra o Deputado Elio Rusch, no Grande Expediente.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Alguns assuntos, Sr. Presidente Nelson Justus, nos trazem a ocupar mais uma vez o Grande Expediente da Sessão de hoje, para discorrermos sobre alguns assuntos que achamos importantes.

O Deputado Artagão Júnior ontem fez um belo pronunciamento enaltecendo o Governo do Estado na questão do início, da liberação de algumas ordens de serviço para alguns municípios no estado do Paraná. Deputado Artagão, tendo participado numa ocasião junto com o Líder do Governo, Deputado Romanelli, e também com o Secretário dos Transportes, Rogério Tissot, aqui numa roda viva na TV SINAL da Assembléia Legislativa, quando se falou sobre os 10 anos do pedágio no estado do Paraná. Naquela ocasião o Secretário dos Transportes e o próprio Governo do Estado enalteciram muito o trabalho que eles têm realizado em relação às rodovias, na conservação.

Pois bem, não sei das outras regiões no estado do Paraná, mas na região do extremo oeste do estado, as rodovias estaduais estão precárias, Deputado Antonio Belinati. A rodovia que liga Marechal Cândido Rondon a Nova Santa Rosa; a rodovia que liga Nova Santa Rosa a Maripá, praticamente intransitáveis. A rodovia que liga Marechal Cândido Rondon ao distrito de Ibiporã, depois liga o município de Pato Bragado, ao município de Entre Rios do Oeste indo até o distrito de São Clemente no município de Santa Helena. A rodovia está praticamente intransitável, sem condições. Deputado Marcelo Rangel, é buraco em cima de buraco. A rodovia que liga Santa Helena a Missal; a rodovia que liga Missal a Medianeira; a rodovia que liga Missal a São Miguel do Iguçu; a rodovia que liga Santa Helena, do distrito de São Clemente, até São José das Palmeiras; São José das Palmeiras a Ouro Verde; Ouro Verde ao município de Toledo, do nosso amigo e companheiro Duílio Genari, as rodovias todas estão intransitáveis. Estão precárias.

De repente ouço o Governo fazer propaganda das rodovias recuperadas. Ouvi o Deputado Douglas Fabrício fazendo a cobrança também em relação às rodovias prometidas e não cumpridas. Rodovias da sua região, também precárias. E quem ouve o Governo do Estado, parece que o Paraná está às mil maravilhas. As estradas estão belas e formosas. Podíamos quase lembrar quando o Deputado Rafael Greca era Chefe da Casa Civil e quando foi implantado o pedágio no estado do Paraná, pelo Governador que antecedeu a este, tinha uma propaganda na TV que dizia: “As estradas estão lisinhas, lisinhas, bonitinhas, bonitinhas”. Praticamente é a mesma propaganda que se faz hoje. Mas, mas na minha região, Deputado Nelson Justus, a região oeste do estado, citei apenas algumas rodovias, poderia citar muitas outras que carecem e merecem atenção por parte do Governo do Estado.

Aliás, naquele debate que tivemos aqui na TV SINAL eu convidei pessoalmente o Secretário dos Transportes, Sr. Rogério Tissot, que fosse fazer uma visita ou que determinasse à regional do DER lá do oeste do Paraná, na cidade de Cascavel, o engenheiro Milton, pessoal altamente qualificado, competente, para que fosse fazer um levantamento e encaminhasse à Secretaria dos Transportes aquilo que efetivamente está acontecendo com as rodovias da nossa região.

Mas outro assunto, Sr. Presidente, que gostaria de abordar também, é que na verdade recebemos hoje a famosa resposta da ParanaPrevidência. Lógico que não deu tempo de eu fazer a leitura de todo o documento encaminhado à nossa pessoa, através do Diretor-Presidente, o Desembargador Munir Karam, que é o atual Presidente, em quem eu confio plenamente, pessoa capaz e altamente técnico, qualificado, e ele mesmo já fazia parte do próprio Conselho, nos prestou as informações e é lógico que sabemos que a ParanaPrevidência tem feito empréstimos no começo e antecipação dos royalties para capitalizar o Fundo Previdenciário da ParanaPrevidência, para criar um fundo para que os funcionários da ativa, hoje, quando chegam na hora da sua aposentadora, possam ter um lastro e possam ter recursos suficientes para cobrir a aposentadoria dos funcionários quando chega a vez da sua aposentadoria.

Uma coisa me chamou a atenção, talvez seja legal ou não, vou fazer esse estudo, mas apenas lembrar aos Srs. Deputados que naquela ocasião até perguntava ao Deputado Romanelli se ele sabia qual era o valor da folha de pagamento dos ativos do estado. E eu recebi então a resposta, Deputado Nelson Justus, que o estado, a folha de pagamento dos servidores ativos totalizou 272 milhões 512 mil e sobre esse montante é que é descontada a parte funcional e também a parte patronal, que totaliza e que corresponde a R\$ 59 milhões e 761 mil, ou seja, 29 milhões e 880 mil para cada parte, tanto 29 milhões e 880 mil a parte dos funcionários que é descontado e o mesmo valor que o estado também teria que aportar para o Fundo Previdenciário da ParanaPrevidência, mas nos informa que o Governo repassou não o valor de 59 milhões, mas repassou 35 milhões e 857 mil, ou seja, 17 milhões e 928 mil de cada parte. E justifica o Presidente da ParanaPrevidência que isso se deve ao financiamento que foi efetivado pela ParanaPrevidência e que não se fazia necessário fazer todo o aporte. Por esta razão, apenas 60% dos 59 milhões e 761 mil foram aportados para o Fundo Previdenciário.

Sobre isso vamos fazer um estudo e na semana que vem, com toda certeza, vamos trazer para a Assembléia Legislativa toda a resposta que recebemos da ParanaPrevidência em relação à sua situação econômica, em relação aos débitos ou não débitos.

Então, o que me chamou a atenção também, numa rápida leitura, salvo eu esteja enganado, e aqui na Assembléia diversos Parlamentares já têm se manifestado em relação a antecipação dos royalties para capitalização do

Fundo Previdenciário da ParanaPrevidência, segundo informações que tenho aqui, também a informação e eu devo dizer aos senhores que fiz uma rápida leitura sobre isso, que o Paraná continua recebendo da ParanaPrevidência algo em torno de R\$ 16 milhões, mensalmente, dos royalties para capitalizar a ParanaPrevidência.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Prezado Deputado Elio Rusch, percebo que V. Exa. está de posse da resposta oferecida pelo Desembargador já aposentado, mas hoje Presidente da ParanaPrevidência, que respondeu, na minha avaliação, ele enviou também a mim, gentilmente, uma cópia dessa resposta ao pedido de informações, e, Deputado Elio Rusch, reconheçamos, claro que podemos ter divergências pontuais, mas ele fez uma coisa muito importante, porque fundamentou de forma estruturada toda a questão que envolve a ParanaPrevidência, esclarece todas as dúvidas, pelo menos entendo que no conjunto de todas as indagações feitas, ele aprofunda o tema, coloca uma preliminar importante em relação até o próprio Fundo de Previdência.

Veja como é importante haver o entendimento aqui entre Oposição e Situação, porque quando eu disse que, ao invés de fazermos Comissão Especial, nós formularmos por escrito para obter as informações, V. Exa. hoje tem um documento público, extremamente fundamentado, respondendo os temas que são de preocupação de V. Exa. Então veja, Deputado Elio Rusch, como é bom, em momentos, termos entendimento, porque certamente V. Exa. vai ler o documento, se aprofundar ainda mais nele, se houver dúvida certamente poderá ser esclarecida. Agora, V. Exa. mesmo sabe, o plano de previdência vai ter que ser revisto, vai ter que ser readequado o plano de custeio, mas isso é uma outra discussão.

Só queria registrar a importância de que muitas vezes nós devamos aqui ter diálogo para buscar a verdade e esclarecer os temas como um todo, mostrando como está bem a nossa ParanaPrevidência e parabenizando o Dr. Munir Karan por ter respondido de forma tão integral ao pedido de informações.

Obrigado.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Deputado Romanelli, não quero me aprofundar em relação à resposta que tive, mesmo porque não tive tempo, são dezenas de páginas a resposta. Lógico que se tivéssemos formado uma Comissão Especial aqui na Assembléia, e os Diretores da ParanaPrevidência tivessem comparecido a esta Casa, todas estas e outras dúvidas poderiam ser questionadas, como por exemplo isso que acabei de citar, o aporte que deveria chegar a ParanaPrevidência da parte patronal e da funcional totalizam 59 milhões e 700 mil, e na verdade só são repassados 35 milhões, conforme diz a correspondência, 60% do valor total.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

A parte do estado, o restante é arrecadado dos funcionários.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Não, 29 milhões e 800 mil são arrecadados dos funcionários e mais 29 do estado, e o estado repassa desse valor, desse montante, apenas 60%; 40%, segundo o meu entendimento são retidos. Mas vamos discutir isso, com toda certeza, na semana que vem. V. Exa. deve ter lido, mas pelo que entendi foi essa forma.

Outro assunto que eu queria abordar, rapidamente, é uma questão que levantamos por inúmeras vezes, aqui na Assembléia Legislativa: a questão do porto de Paranaaguá. Tomamos conhecimento que este mês agora o porto de Paranaaguá foi multado ANTAQ no valor de R\$ 170 mil por descumprimento de uma resolução, a Resolução nº 1047/08. Essa resolução determinava que a Superintendência, a Administração dos Portos deveria tomar algumas medidas e essas medidas não foram tomadas, entre elas a própria dragagem do Canal da Galheta que não foi efetuada.

Todas as denúncias que nós fizemos, o Deputado Valdir Rossoni que é nosso Líder, sempre será o Líder da Oposição que ora se licenciou e passou o bastão para a nossa pessoa, mas digo que quero compartilhar a Liderança com todos os Deputados, o Deputado Rossoni, o Deputado Plauto, Deputado Douglas, Deputado Marcelo Rangel, levantamos inúmeras vezes a questão do porto de Paranaaguá! O porto de Paranaaguá é um porto de referência no Brasil, mas a forma de administrar o porto é que está na contramão. Isso foi confirmado agora, com essa multa que acaba de ser aplicada à Administração dos Portos pela ANTAQ, por descumprimento de uma resolução. Na semana que vem vamos trazer as razões da multa.

Deputado Romanelli, se uma multa é aplicada, a multa foi aplicada. Vamos trazer, com toda certeza, semana que vem, Deputado Romanelli, os motivos e o que dizia a resolução. A multa foi aplicada por descumprimento da resolução da ANTAQ. Então, as denúncias que fizemos aqui na Assembléia Legislativa não foram denúncias infundadas.

Se V. Exa. permitir, uso do horário do Partido Democratas.

Passa a usar o horário da Liderança do DEM

Srs. Deputados, as denúncias que fizemos aqui na Assembléia, os Deputados da Oposição, não fizemos Oposição pelo bel-prazer de fazer Oposição, não. Queremos que o Paraná vá bem. Porque se o Paraná vai bem, os paranaenses vão melhor. Se os paranaenses vão melhor, todos nós vamos bem. É isso que nós queremos.

O Deputado Douglas Fabrício disse, aqui da tribuna, qual é a função do Parlamentar. É legislar, fiscalizar

os atos do Executivo, mostrar o caminho correto. Aliás, o próprio Governador Roberto Requião, numa das suas posses, daquela tribuna, enalteceu o trabalho da Oposição. Ele disse que a Oposição é salutar, que a Oposição é boa quando aponta os caminhos que são corretos e quando levanta as dúvidas, ou as incorreções que existem no Governo do Estado, a exemplo daquilo que fizemos com a COHAPAR.

Há questão de três meses atrás, levantamos a questão da COHAPAR, das dívidas. Imediatamente, uma semana depois, o Líder do Governo diz que a COHAPAR iria cumprir com os seus compromissos. Ontem fomos informados que não foi cumprido, que a COHAPAR continua com as dívidas e que o próprio Governo do Estado fez uma sindicância, uma auditoria interna. Pedi ontem ao Líder do Governo para que ele informasse a esta Casa e que nos trouxesse, até semana que vem, qual é a real situação da COHAPAR, se ela tem dívida ou não. Qual é o resultado dessa sindicância, ou auditoria que aconteceu na COHAPAR?

Srs. Deputados, se não recebermos essas informações até semana que vem, com toda certeza vamos entrar com um pedido de informações e pedir oficialmente. O que está acontecendo? Por essa razão o entendimento, como o Deputado Romanelli acabou de dizer, como é bom o entendimento quando existe diálogo, a conversação, porque muitas vezes você pode evitar certas reuniões, até certas viagens. Mas o diálogo é necessário. Espero que na semana que vem possamos receber essas informações também por parte do Líder do Governo, com relação a COHAPAR.

Cedo o aparte, prazerosamente, ao Deputado Marcelo Rangel, que me pediu o aparte quando fazíamos referência às estradas do estado do Paraná.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Só para endossar, não quero prejudicar o seu pronunciamento, para endossar e contribuir com o seu pronunciamento, pelo menos na primeira parte com relação às estradas do estado do Paraná, porque na região dos campos gerais também estamos sofrendo com a falta de manutenção em algumas rodovias. A rodovia que liga Ponta Grossa a Teixeira Soares, o norte pioneiro também, aquela região de Wenceslau Braz, Arapoti a Jaguariaíva. Já fizemos um pronunciamento aqui na Assembléia a respeito disso.

Era para endossar e contribuir com o seu pronunciamento, que realmente estamos passando por problemas nessa área com relação às estradas do estado do Paraná.

Obrigado.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Sr. Presidente, o Deputado Romanelli, Líder do Governo, antes questionou por quê o porto foi autuado e multado. Sei que o Romanelli, neste momento, está dando entrevista no comitê da imprensa, mas já tenho em minhas mãos aqui, e vou passar às suas mãos o motivo

que levou a ANTAQ a aplicar a multa ao porto de Paranaguá.

(Lê):

“Resolução nº 1047/08 - ANTAQ

Art. 1º Determinar que a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina:

I) diligencie a implantação do Plano de Controle de Emergência - PCE, parte integrante do programa de defesa ambiental denominado CEDA, participando à ANTAQ do seu andamento;

II) providencie a sua regularização perante a Receita Federal;

III) efetive a adequação dos arrendamentos à Resolução nº 55-ANTAQ, de 16/12/02 e neste pertinente, elabore norma de fiscalização dos contratos;

IV) no pertinente à dragagem, observe a pronta realização de todos os procedimentos, incluindo a elaboração de projeto executivo de dragagem que atenda às exigências da Capitania dos Portos e do Órgão Ambiental, e ainda, na condução dos processos, em estrita obediência à legislação pertinente e à Lei nº 8666/93;”

Então, essas são ao menos as informações que tenho em minhas mãos, que fizeram com que a ANTAQ efetivamente aplicasse a multa ao porto de Paranaguá. Quer dizer, não podemos estar acima, nem nós Deputados, nem o Governador, nem o Prefeito, nem o Superintendente do porto, ninguém pode estar acima da lei. Temos uma legislação a ser cumprida. O porto de Paranaguá não é do Paraná, ele não é do estado, mas todos os portos são da união e recebemos uma concessão para operar os portos, mas todas as administrações dos portos, sejam privadas ou sejam públicas no nosso país, têm que seguir as normas estabelecidas pelas agências e pelo próprio Governo, e quando não se cumpre alguma norma, você é advertido, e no caso de você ser advertido e não cumprir, o que cabe? Cabe uma multa. E isso está acontecendo com o próprio Governador do Estado do Paraná. Parece-me que, esta semana, tomei conhecimento que ele foi multado de novo, a pessoa do Governador, em mais R\$ 50 mil. Quer dizer, porque estão sendo aplicadas algumas multas? E um dia alguém me disse que na “escolinha” o Governador tinha dito o seguinte: “Podem continuar me aplicando, porque não tenho capital igual: podem me aplicar que eu não consigo pagar essas multas”.

Ora, entendo que a legislação existe e temos que cumprir a legislação e a decisão da Justiça muito mais, porque ela não se discute, mas se cumpre. E aqui no Paraná, em muitos casos, estamos na contramão, porque se confrontam os Poderes, confrontam-se as decisões e não se cumprem as decisões. Poderíamos falar sobre as reintegrações de posse, poderíamos falar sobre uma série de ações que levaram a Justiça a fazer com que o estado cumprisse determinadas ações que não foram cumpridas.

Mas, quero voltar a falar sobre essa multa. Deixar bem claro à sociedade do Paraná que quando os Deputados da Oposição levantaram e levantam dúvidas em rela-

ção à administração do porto de Paranaguá, não tiramos isso dos ares, mas é porque alguém trouxe para nós. Deputados da Assembléia Legislativa já foram fazer visita *in loco*. Eu não fui agora, mas fui na legislatura passada, junto com o Deputado Marcos Isfer, Deputado Waldir Leite e alguns outros Deputados, que fomos fazer uma visita ao porto de Paranaguá quando tinha um conflito, quando o Superintendente se negou a negociar com as entidades que operam o porto de Paranaguá e, naquela ocasião, intermediamos exatamente essas conversações. Isso faz quatro, cinco ou seis anos e as coisas começam a se agravar cada vez mais.

Quer dizer, tudo isso que foi denunciado, não sabemos como está. Eu não posso dizer, porque não fui pessoalmente. O último Deputado de Oposição que eu sei que esteve lá foi o Deputado Valdir Rossoni e que fez naquela ocasião um relato aqui, mas o que sabemos são as advertências que foram levantadas pela ANTAQ, pela Capitania dos Portos, por todos advertindo a superintendência do porto. Quer dizer, de tudo isso que tenho relatado, temos também a questão da iluminação, ou seja, do balizamento para que os navios possam atracar à noite e não sei se isso já foi resolvido ou não, mas acredito que sim, porque senão deveria constar também aqui no auto de infração. Mas, tudo isso que levantamos, então, foi confirmado, tanto é que saiu uma nova sentença.

Então, o que nós queremos? É uma questão que o Governo e as suas empresas, ou as autarquias, cumpram com a legislação, porque essa multa não é uma multa pessoal, essa multa é do porto é uma multa ao porto de Paranaguá. E o porto de Paranaguá é de quem? É do estado. E o estado é quem? É a sociedade somos nós. Então, pela via indireta, quem vai acabar pagando essa multa somos nós, a sociedade do Paraná. Dinheiro aliás esse que alguém levantou que disse: "Olha, não vamos tirar dinheiro nem da Educação e nem da Saúde". Agora, esse dinheiro que o estado está sendo multado, Deputado Valdir Rossoni, muito bem poderia ser aplicado na questão da Segurança, na questão da área social, na questão da Saúde.

Então, tudo isso faz parte de um complexo de ações e de atitudes que são tomadas muitas vezes por administradores ou por pessoas que dirigem determinadas empresas, ou autarquias do nosso estado. Só espero que o Governo do Estado tome consciência e tome conhecimento desses fatos que relatamos aqui, e que o Superintendente do porto venha atender as exigências que a ANTAQ, que a superintendência e todas as empresas pedem, que o nosso porto continue sendo um modelo, um exemplo, aquilo que já éramos no passado.

Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças: PMDB. Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do PMDB: Deputado Luiz Claudio Romanelli

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, na verdade não quero aqui ficar polemizando, até por conta de que tenho respeito pelo Deputado Elio Rusch e mantemos sempre um bom relacionamento, mas às vezes o próprio Plenário esquenta um pouco os debates. Mas vejo, por exemplo, ele subiu à tribuna para fazer uma denúncia e não sabia exatamente do que se tratava, ou seja, felizmente foi socorrido a tempo e aí pôde explicar para nós o que é a tal da multa. Esse é o primeiro ponto. Então, entendo que V. Exa. tem que, Deputado Elio Rusch, estudar mais a questão antes de poder ir à tribuna, mas não vou fazer juízo de valor sobre o seu comportamento, por favor. Quero dizer só o seguinte: o porto de Paranaguá vai responder esse tema aqui, eu já estou buscando informações, também li na coluna do jornalista Celso Nascimento, do prestigioso jornal Gazeta do Povo no dia de hoje, e certamente V. Exa. havia lido também a coluna do jornalista Celso Nascimento. Agora, tenho dito que sempre a Oposição, um pouco, está pautada pela coluna do Celso, ou seja, entendo que o Celso tem competência profissional para poder, de fato, dar a pauta política da Assembléia Legislativa. Mas isso é um tema, na verdade, que até já falei para ele mesmo inclusive: Olha Celso, você está poderoso aqui na Assembléia Legislativa.

Por outro lado, o que eu queria dizer é o seguinte: em relação à multa do Governador Requião: Deputado Elio Rusch, não é multa, lamentavelmente não é multa, é uma indenização pela qual ele foi condenado pela MM. Sra. Juíza da 9ª Vara Cível aqui da capital. Uma ação de indenização por danos morais. Movida por quem? Pelo ex-Presidente da COPEL e ex-Secretário da Fazenda, Ingo Hubert. Por quê? Porque o Governador Requião havia denunciado aquela operação nebulosa, que é a compra dos créditos de ICMS por parte da COPEL, OLVEPAR. O Surrealismo da história é que o Governador Requião fez a denúncia a uma ação penal em curso, a uma ação também por improbidade administrativa do Ministério Público do Estado do Paraná. E o interessante é o seguinte: que a única que foi condenada é justamente quem denunciou a operação fraudulenta. O senhor sabe, o dinheiro foi desviado, só em dinheiro da COPEL, que saiu da caixa da COPEL, foram R\$ 45 milhões. O total de prejuízo da COPEL passa dos R\$ 106 milhões, e a mesma pessoa, Ingo Hubert, liberou na Secretaria da Fazenda um crédito de ICMS podre da OLVEPAR e ao mesmo tempo autorizou o pagamento como Presidente da COPEL.

Essa é uma história que o Paraná, e lamentavelmente sabemos que a grande mídia não se importa com isso. Surrealista mesmo é alguém que denuncia um crime de lesão ao patrimônio público, ser ele condenado a pagar uma indenização por conta da denúncia que fez.

Acredito no sistema judiciário, mas ainda, é para isso que temos o princípio que é fundamental no Direito, que é o duplo grau de jurisdição. Certamente os advogados do Governador Roberto Requião vão interpor, no caso uma apelação e essa condenação, e o Tribunal de Justiça poderá analisar melhor o caso e dar por extinto esse processo e a indenização. Temos confiança que será revista essa indenização, essa condenação.

Olha, fui várias vezes àquela tribuna e denunciava a roubalheira do BANESTADO. Eu lia as atas secretas do BANESTADO mostrando a lesão que tinha no BANESTADO Leasing, do que estava acontecendo no BANESTADO. E o que aconteceu comigo? Um dia fui chamado à Polícia Federal, porque havia quebrado o sigilo bancário, que eu estava lendo as atas do cometimento dos crimes que haviam sido praticados pelos Diretores do BANESTADO. Até que o Delegado fez o seu relatório, apoiado pelo Ministério Público Federal, e pararam com aquele processo surrealista que eu tinha vivido, de ser acusado por revelar um furto, uma subtração de coisa alheia, do povo, que estava sendo feita contra os malandros que dilapidaram o BANESTADO.

Por isso que temos que ter imunidade parlamentar. Porque temos que ter o direito de poder falar aquilo que precisamos falar.

Claro, não podemos cometer aqui um abuso do nosso direito, de ofender alguém ou imputar a alguém um crime que não tenha cometido. Mas é necessário que possamos falar!

Aí entra o Governador do Estado, pois não se trata de interesse pessoal, mas público. E o Governador tem um estilo contundente, por isso que foi três vezes Governador do Paraná, Senador da República, Prefeito da capital, e todos os mandatos exerceu com dignidade. É uma pessoa que pode fazer, como fez ontem, anunciar esse conjunto de medidas fantásticas para a Educação, que vão modificar a realidade da escola pública do nosso estado, valorizando o professor, valorizando o ambiente onde o aluno absorve e transforma a escola num centro de radiação do saber.

É por isso que acredito no nosso Governador Roberto Requião. E ele tem postura, coerência.

Tão dilapidada ficou a COPEL, que não foi por culpa do Bin Laden, que derrubou as torres de Nova Iorque, que a COPEL não foi vendida. Não foi vendida porque quando os investidores aqui chegavam para examinar, naquela sala que fizeram com os documentos da COPEL, eles analisavam, viam aqueles contratos escabrosos que haviam sido firmados pelo Governo anterior, e os investidores ficavam com medo: "Eu vou colocar minha empresa, minha instituição, numa aventura?" Foi mais fácil, embora muito difícil do ponto de vista dos interesses, Deputado Elio Rusch, o Governador, com coerência, foi lá firmemente, em janeiro de 2003, ainda na gestão do ex-Governador Paulo Pimentel, começou a modificar essa realidade.

O Presidente atual da COPEL, Rubens Ghilardi, é um homem honrado. A COPEL, hoje, é uma empresa rentável, extremamente bem constituída, empresa pública. Lembro bem quando foi votada a venda da COPEL, em 1998, eu disse daquela tribuna: "A COPEL tem que ser vendida porque vai falir, ela não suporta o novo modelo de privatização que o Brasil vai experimentar." Nós vimos mesmo isso. Não é? E agora, vejam como a COPEL está sólida, como continua atuando. Agora mesmo ainda contratou, junto a ELETROBRAS, a construção de uma usina hidrelétrica, que é a Usina Hidrelétrica de Mauá, que vai ser um investimento de mais de R\$ 800 milhões. É só aplicar bem o dinheiro público, Deputado Elio Rusch, que o resultado aparece e o nosso Governo faz isso sempre.

É isso. Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas. Eu não ia nem falar, mas acabo, Deputado Elio Rusch, me entusiasmando quando falo do nosso Governo. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Bloco PTB/PR. Bloco PSB/PRB/PV. PT.

(**Declinam**).

PP. Com a palavra o Sr. Deputado Antonio Belinati.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente Deputado Nelson Justus, colegas Deputados, comitê de imprensa, visitantes, telespectadores.

Agora pouco, acessando em meu gabinete a internet, vi uma notícia. Não sou especialista na área de economia, inclusive sou péssimo em matemática, mas mesmo sendo leigo - não sendo especialista em economia - dá para entender a gravidade dessa notícia, que muito provavelmente estará nos grandes jornais do Brasil no dia de amanhã. Somente no mês de julho, o pessoal que ganhou dinheiro aqui levou embora do Brasil US\$ 2 bilhões 940 milhões. Presidente Nelson Justus, o pessoal vem ao Brasil ou até aquele mau brasileiro que está aqui, mau empresário, ganha dinheiro aqui no Brasil e leva essa desgraça do dinheiro para aplicar em bancos, sei lá se na Ilhas Cayman, nos Estados Unidos, onde quer que seja, levam embora. O investidor estrangeiro ou quero crer que inclusive empresários da nossa terra.

Ora, até mesmo com empresário estrangeiro o Governo tem que endurecer. O cidadão quer explorar o brasileiro, como tem explorado descaradamente, mas devia ter um limite de ficar remetendo dinheiro para o exterior. Cada centavo de dólar que é lavado embora do Brasil, é mais um centavo de miséria para agravar ainda mais o grande bolsão de miséria no nosso país. Volto a repetir: desde 2006, segundo a Bolsa de Valores de São Paulo, foi a maior debandada de dinheiro do

Brasil para o exterior. Isso significa empobrecimento da nossa pátria porque se o empresário está ganhando dinheiro aqui está construindo, está contribuindo para o progresso, ele está contribuindo com a melhoria da qualidade de vida do nosso povo, está contribuindo para reduzir o desemprego, ele investindo aqui não deixando o dinheiro parado, porque dinheiro na poupança também é atraso para o progresso do país. O Governo quando tem interesse em segurar o desenvolvimento do país, ele incrementa uma vasta campanha publicitária para incentivar o povo a aplicar na poupança. Então, dinheiro na poupança é dinheiro também contra o progresso do país, o interessante é edificação, é progresso, é desenvolvimento, não é dinheiro parado. É aquela história que se fala: o governante que tem visão não vem se orgulhar que está lá com tantos milhões no caixa da prefeitura ou do Governo, ele tem que pegar esse dinheiro e transformar em obras.

E assim, Presidente, fico triste ao ver essa notícia de que em um único mês, desde 2006, que não levavam tanto dinheiro do Brasil embora daqui para o exterior, para fora do Brasil, em número redondo, três bilhões de dólares. Imaginem quantas coisas poderiam ser construídas: obras públicas, quantas casas, quantas coisas boas. Quanta contribuição esses homens milionários poderiam dar para este nosso Brasil. O nosso apelo a esses empresários brasileiros ricos, podres de ricos, milionários: tenham mais amor pelo nosso país, tenham mais respeito pelo nosso país, contribuam para reduzir a miséria da nossa pátria, usem esse dinheiro, transformem esse dinheiro na geração de empregos, de prosperidade, de progresso no nosso país.

Empresário que ganha dinheiro aqui muitas vezes às custas da miséria e do empobrecimento do nosso povo, e carreira, e debanda e leva esse dinheiro para fora do Brasil é um empresário que não confia na nossa pátria, desconfia da estabilidade da nossa pátria, e demonstra com isso a sua falta de amor, a sua falta de apego a esta pátria tão querida, que é o nosso Brasil. Portanto, alguém vai dizer: o dinheiro é do empresário, ele faz o que ele quer. Mas, nós também temos o direito aqui, se ele pode fazer o que ele quer com o dinheiro, nós também podemos exercer o direito do nosso mandato parlamentar de fazer essa crítica a esses poderosos. Se tem amor ao Brasil, use o seu dinheiro, aplique o seu dinheiro aqui neste chão abençoado, que é o nosso Brasil. É muito triste essa notícia que eu imprimir agora há pouco, tirei da Internet, do UOL, de três bilhões, vou ser bem objetivo, dois bilhões, novecentos e quarenta milhões de dólares levados embora do nosso Brasil.

Ou seja, para terminar, Sr. Presidente, pela falta de amor a esta terra brasileira são três bilhões de dólares de mais miséria, de mais empobrecimento, de mais enriquecimento da economia brasileira, de mais miséria, de

mais pobreza do nosso querido povo brasileiro. Empresário, ganhou dinheiro aqui, confie no Brasil, confie, aposte, invista aqui o seu dinheiro, não leve o dinheiro que você ganhou aqui para deixar parado em grandes bancos internacionais.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

PSDB; PDT; Liderança do Governo; Liderança da Oposição.

(**Declinam**)

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Ofício s/n, subscrito pelo Deputado Valdir Rossoni constante do expediente, comunicando à Mesa Executiva que está se afastando da Liderança da Oposição, cabendo ao Deputado Elio Rusch, do Partido Democratas, responder pela Liderança da Bancada a partir desta data. À **Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Mauro Moraes, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1977, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, solicitando antecipação da Sessão Ordinária do dia 07 (quinta-feira), para logo após término da presente Sessão Ordinária e a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Verificação de votação a pedido do Deputado Douglas Fabrício.

Chamada nominal a pedido do Deputado Nereu Moura.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Chico Noroeste**)

(**Procede a chamada nominal**)

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Há quórum para o prosseguimento da Sessão e para votação. Temos na hora da votação 29 Srs. Deputados presentes.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 850/07, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, que dispõe sobre a obrigatoriedade em restaurantes, bares, lanchonetes, quiosques, ambulantes e similares a utilizarem e fornecerem guardanapos e canudos de plástico individualmente e hermeticamente embalados em todo o estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CDHCDC E CAICTM. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo**, ressalvada a emenda. Em votação a emenda. **Aprovada.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 020/08, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que concede título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná à Sra. Kaneko Ikeda. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 090/08, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que determina o uso de urna em escolas públicas e particulares do estado do Paraná, para o recebimento de denúncias de violência praticada contra crianças e adolescentes. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CECECT E CSP. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 192/08, de autoria do Deputado Edgar Bueno, que obriga a apresentação de documento de identidade no pagamento das despesas com cartão de crédito, e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CDHCDC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo**, ressalvada a emenda. Em votação a emenda. **Aprovada.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 250/08, de autoria do Deputado Nereu Moura, que dispõe sobre plano de erradicação e substituição de árvores da espécie murta em todo o estado do Paraná, conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA

CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo**, ressalvada a emenda. Em votação a emenda. **Aprovada.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 286/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 020/08, que objetiva acrescentar e alterar dispositivos das Leis nºs 1943/54 (Código da Polícia Militar do Paraná), 5940/69 (Lei de Promoções de Praças) e 6417/73 (Código de Vencimentos da Polícia Militar do Paraná). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CSP E CF. COM EMENDA DA CCJ.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 286/08

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, do Poder Executivo, que objetiva acrescentar e alterar dispositivos das Leis nºs 1943/54 (Código da Polícia Militar do Paraná), 5940/69 (Lei de Promoções de Praças) e 6417/73 (Código de Vencimentos da Polícia Militar do Paraná).

A matéria já recebeu análise, quanto a constitucionalidade, da Comissão de Constituição e Justiça.

A Comissão de Segurança Pública, chamada para analisar o mérito da proposição, entende que o projeto de lei tem por finalidade promover a necessária e fundamental motivação do efetivo policial militar, alcançando excelentes níveis de satisfação, com reais e positivos reflexos na segurança pública, beneficiando não só a Corporação, mas sobretudo, a comunidade paranaense.

Isto posto, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 14/07/08.

(aa) MAURO MORAES - Presidente

PÉRICLES DE MELLO - Relator

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, em nº de 06 (seis), nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 286/08

A presente emenda modificativa ao Projeto de Lei 286/08, oriundo da Mensagem nº 020/08 do Governo do Estado, objetiva alterar a redação proposta para os parágrafos 5º e 6º, do artigo 160 da Lei nº 1943/54 (Código da Polícia Militar do Paraná) conforme proposto no artigo 1º do Projeto de Lei nº 286/08; alterar a redação do artigo 2º; alterar as redações propostas no artigo 6º, que acresce o artigo 44-A à Lei nº 5940/69 e no artigo 8º, que acresce o artigo 11-A à Lei nº 6417/73 e, por fim, alterar a redação dos artigos 10 e 18 do referido projeto de lei, segundo redações a seguir:

Art. 1º ...

“Art. 160 ...

...

§ 5º O direito de transferência para a reserva remunerada será suspenso obrigatoriamente, pelo período de 4 (quatro) anos, no caso dos praças, ocupantes da graduação de Soldado de 1ª classe, Cabo, 3º Sargento, 2º Sargento, 1º Sargento e Subtenente que, ao completarem 26 (vinte e seis) anos de efetivo serviço para todos os efeitos legais, sejam contemplados, mediante requerimento, com o percentual de 80% (oitenta por cento) do soldo e das gratificações inerentes à graduação ou posto imediatamente superior decorrente da previsão da Lei nº 6417, de 03/07/73 (Código de Vencimentos da Polícia Militar do Paraná).

§ 6º O direito de transferência para a reserva remunerada será suspenso obrigatoriamente, pelo período de 4 (quatro) anos, no caso dos praças, ocupantes da graduação de: Soldado de 1ª classe, Cabo, 3º Sargento, 2º Sargento, 1º Sargento e Subtenente, que ao completarem 31 (trinta e um) anos de efetivo serviço para todos os efeitos legais, sejam contemplados, mediante requerimento, com o limite percentual de 100% (cem por cento) do soldo e das gratificações inerentes à graduação ou posto imediatamente superior decorrente da previsão da Lei nº 6417, de 03/07/73 (Código de Vencimentos da Polícia Militar do Paraná), sem prejuízo da transferência compulsória à inatividade prevista nesta lei.

Art. 2º O direito assegurado em decorrência do acréscimo dos parágrafos 5º e 6º ao artigo 160 da Lei nº 1943, de 23/06/54 (Código da Polícia Militar do Paraná) será extensivo aos policiais militares ocupantes da graduação de Soldado de 1ª classe, Cabo, 3º Sargento, 2º Sargento, 1º Sargento e Subtenente que estejam no mínimo no ótimo comportamento e que já contêm, na atividade, com tempo de efetivo serviço superior a 26 (vinte e seis) anos ou superior a 31 (trinta e um) anos respectivamente, nos percentuais do soldo e das gratificações inerentes à graduação ou posto imediatamente superior, mediante requerimento, importando em ambos os casos, na suspensão obrigatória do direito de transferência à reserva remunerada, pelo período de 4 (quatro) anos, sem prejuízo da transferência compulsória à inatividade prevista na referida lei.”

...

Art. 6º ...

“Art. 44-A. Os praças ocupantes das graduações de Soldado de 1ª classe, Cabo, 3º Sargento, 2º Sargento, 1º Sargento e Subtenente, contemplados com o direito de perceber o limite percentual de 100% (cem por cento) do soldo e das gratificações inerentes à graduação ou posto imediatamente superior, conforme a previsão da Lei nº 6417 de 03/07/73 (Código de Vencimentos da Polícia Militar do Paraná) serão promovidos à referida graduação ou posto, na data limite de permanência no serviço ativo, como prêmio dos relevantes serviços prestados ao estado

do Paraná e à Corporação, coroando-se o encerramento da carreira policial militar.”

(...)

Art. 8º ...

“Art. 11-A. Ao policial militar, será assegurado o soldo de seu posto ou graduação, em todos os casos não previstos nos artigos 6º e 7º deste Código e o da graduação ou posto imediatamente superior, atendidas as seguintes condições, requisitos e proporções:

I - Aos policiais militares ocupantes da graduação de Soldado de 1ª classe, Cabo, 3º Sargento, 2º Sargento, 1º Sargento e Subtenente, que completarem no mínimo, 26 (vinte e seis) anos de efetivo serviço para todos os efeitos legais e estiverem, no mínimo no comportamento ótimo, será assegurado o percentual de 80% (oitenta por cento) do soldo e gratificações da graduação ou posto imediatamente superior.

II - Aos policiais militares ocupantes da graduação de Soldado de 1ª classe, Cabo, 3º Sargento, 2º Sargento, 1º Sargento e Subtenente que completarem, no mínimo, 31 (trinta e um) anos de efetivo serviço para todos os efeitos legais e estiverem, no mínimo, no comportamento ótimo, será assegurado o direito de complementar o benefício constante no item I, até limite de 100% (cem por cento) do soldo e gratificações da graduação ou posto imediatamente superior.

§ 1º O direito ao soldo da graduação ou posto imediatamente superior, em conformidade com os percentuais definidos nos itens I e II do presente artigo começa no dia em que o policial militar completar o tempo mínimo de efetivo serviço, desde que cumprido o requisito inerente ao comportamento, previstos neste artigo, e encerra-se imediatamente após a promoção à referida graduação ou posto, com previsão na Lei nº 5940, de 08/05/69 - Lei de Promoção de Praças.”

...

“Art. 10. Os direitos assegurados em decorrência da introdução do artigo 11-A e da alteração do artigo 18 diante da Lei nº 6417, de 03/07/73 (Código de Vencimentos da Polícia Militar do Paraná) será extensivo aos policiais militares ocupantes da graduação de Soldado de 1ª classe, Cabo, 3º Sargento, 2º Sargento, 1º Sargento e Subtenente, que estejam no mínimo no ótimo comportamento, e que já contêm, na atividade, com tempo de efetivo serviço superior a 26 (vinte e seis) anos ou superior a 31 (trinta e um) anos, nos percentuais respectivos do soldo e das gratificações inerentes à graduação ou posto imediatamente superior, estando os mesmos sujeitos as demais disposições constantes nos referidos artigos.”

...

“Art. 18. Para fins de concessão das gratificações, tomar-se-ão por base o valor do soldo do posto ou graduação que efetivamente possua o policial militar, ressalvados os casos previstos no artigo 9º, quando será considerado o valor do soldo do posto ou graduação cor-

respondente ao cargo, comissão ou função eventualmente desempenhados e caso previsto no artigo 11-A, quando será considerado o valor do soldo da graduação ou posto imediatamente superior.”

Sala das Sessões, em 06/08/08.

(aa) VALDIR ROSSONI, DOUGLAS FABRÍCIO, OSMAR BERTOLDI, MARCELO RANGEL, DUÍLIO GENARI, ELIO RUSCH, CIDA BORGHETTI, ANTONIO BELINATI, MAURO MORAES E NEY LEPREVOST.

JUSTIFICATIVA:

A emenda amplia o alcance do projeto de lei, que exclui as graduações de Soldado de 1ª classe, 1º Sargento e Subtenente, os quais têm direito ao tratamento isonômico por comporem o escalonamento hierárquico das Praças da Polícia Militar.

No caso dos soldados, são eles que exercem efetivamente a atividade fim da Polícia Militar, especificamente o policiamento ostensivo e o atendimento às ocorrências, entre outras.

Quanto aos 1ºs Sargentos e Subtenentes, além de terem galgado todas as graduações da carreira militar da sua classe, ficariam impedidos de ser promovidos quando do encerramento de suas carreiras, como forma de premiação pelos serviços prestados.

O princípio da igualdade está assegurado expressamente na Constituição Federal:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

Também a Lei nº 1943/54 - Código da PM, dispõe:

Art. 23. A precedência hierárquica entre os militares é regulada pelo posto ou graduação e, em caso de igualdade, pela antigüidade relativa.

Parágrafo Único. Posto é o grau hierárquico do oficial conferido por decreto e confirmado em Carta Patebte; graduação é o grau hierárquico da Praça, conferido pela autoridade competente.

Art. 24. A hierarquia dos militares da Corporação é idêntica à dos militares do Exército, até o posto de Coronel inclusive.

O Código da PMPR (Lei nº 1943/54) prevê os direitos dos policiais militares, estando aí inclusos, vencimentos, promoções e carreira:

Art. 112. São direitos do militar:

a) propriedade da patente, garantida em toda a sua plenitude;

b) uso das designações hierárquicas;

c) exercício da função correspondente ao posto ou graduação;

d) percepção do vencimento devido ao seu grau hierárquico;

e) transporte com sua família e respectiva bagagem por conta do estado, quando em objeto de serviço;

f) transferência para a reserva ou reforma com os proventos na forma estabelecida;

g) uso privativo de uniforme, insígnias e distintivos militares correspondentes ao posto ou graduação, quadro, função ou curso;

h) honras e tratamento que lhes forem devidos, além dos outros benefícios que lhes sejam assegurados;

i) julgamento em foro especial nos delitos militares;

j) promoção;

l) férias e licenças;

m) dispensas do serviço;

n) recompensas;

o) demissão voluntária;

p) porte de armas, quando oficial;

q) constituição da herança militar;

r) requerer, representar, pedir reconsiderações e recorrer;

s) uso de traje civil, quando oficial ou aspirante a oficial; e

t) tratamento de saúde, até o completo restabelecimento, quando acometido de moléstia adquirida no exercício de suas funções.

Alteração da data/período de promoção prevista no artigo 6º do projeto de lei visa tornar o ato compatível e não conflitante com a atual legislação. Porque o sistema previsto, não prevê as vagas necessárias para estas promoções no quadro da PM e também no que respeita ao sistema de acesso por antigüidade e a necessidade de cursos de formação e aperfeiçoamento que são requisitos para promoção segundo o ordenamento jurídico que disciplina a PM.

Decreto Lei Federal nº 88777/83

Art. 14. O acesso na escala hierárquica, tanto de oficiais como de Praças, será gradual e sucessivo, por promoção, de acordo com a legislação peculiar de cada unidade de federação, exigidos dentre outros, os seguintes requisitos básicos:

1) para todos os postos e graduações, exceto 3º Sargento e Cabo PM:

- tempo de serviço arregimentado, tempo mínimo de permanência no posto ou graduação, condições de merecimento e antigüidade, conforme dispuser a legislação peculiar;

2) para promoção a cabo: Curso de Formação de Cabo PM;

3) para promoção a 3º Sargento PM: Curso de Formação de Sargento PM;

4) para promoção a 1º Sargento PM: Curso de Aperfeiçoamento de Sargento PM;

5) para promoção ao posto de Major PM: Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais PM;

6) para promoção ao posto de Coronel PM: Curso Superior de Polícia desde que haja curso na Corporação.

E legislação peculiar

Art. 2º, 22, 23, 25, 40, 41, 42 e 44, da Lei nº 5940/69 (Lei de Promoção)

Art. 2º As promoções de Praças, nos quadros da Polícia Militar do Estado do Paraná, são realizadas com o objetivo de atender:

I - as necessidades de pessoal, com base no efetivo fixado em lei;

II - ao aproveitamento dos valores profissionais para desempenho das diferentes funções;

III - ao adequado equilíbrio de acesso, de forma regular, gradual e sucessiva, às graduações da hierarquia militar.

Art. 22. A vacância de graduação, nos quadros de graduados da Corporação, dá-se mediante publicação em boletim ordinário do Comando Geral, do ato que a originou.

Art. 23. As vagas decorrem de:

I - exclusão do estado efetivo;

II - promoção;

III- transferência para a reserva remunerada;

IV- reforma;

V - aumento de efetivo;

VI - extravio ou desaparecimento;

VII - compulsório após 35 anos de serviço público;

VIII - limite de idade para permanência no serviço ativo.

Art. 25. Constitui requisito básico para ingresso do Sargento em quadro de acesso:

2I - estar classificado na ordem de antigüidade relativa, entre os 50 (cinquenta) primeiros concorrentes com condições legais de acesso, no Quadro de Combatente e, na primeira metade do efetivo previsto para a graduação no Quadro de Especialistas;

3II - possuir o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos ou equivalente, realizado na Corporação ou em outra Polícia Militar, para promoção a 1º Sargento ou Subtenente;

4III - possuir o Curso de Formação de Sargento ou equivalente, realizado na Corporação, para promoção a 2º Sargento;

IV - estar classificado na boa conduta, pelo menos;

V - não estar sub-judice ou cumprindo pena criminal;

Art. 40. As promoções nos quadros da Corporação, pelos princípios de antigüidade ou merecimento, dependendo da existência de vaga, são feitas a partir das datas:

I - 21 (vinte e um) de abril;

II - 10 (dez) de agosto; e

III - 19 (dezenove) de dezembro de cada ano.

Parágrafo Único. Excepcionalmente, nas condições estabelecidas na presente lei, as Praças da Corporação poderão ser promovidas:

a) por ato de bravura;

b) post-mortem;

c) em ressarcimento de preterição.

Art. 41. As promoções às graduações finais dos quadros da Polícia Militar do Estado dar-se-ão, unica-

mente, pelo princípio de merecimento, ressalvado o disposto no parágrafo anterior.

Art. 42. As promoções de Praças da Corporação, são feitas por ato do Comando Geral, mediante proposta da comissão, obedecidos os princípios e critérios estabelecidos nesta lei, e serão publicadas em boletim.

Parágrafo Único. O Sargento só poderá ser promovido, pelos princípios de antigüidade ou merecimento, se estiver incluído no quadro de acesso e ter sido julgado apto em inspeção de saúde procedida por junta médica da Corporação.

16 Art. 44. Concorrerão à promoção as Praças que possuírem os cursos respectivos que dêem direito ao acesso, respeitadas as exceções previstas nesta lei.

17 Parágrafo Único. São cursos que dão direito ao acesso:

18I - Para promoção a Cabo Combatente ou Especialista: Cursos de Formação de Cabos, realizados na Corporação, de acordo com as normas estabelecidas;

19II - Para promoção a 3º Sargento Combatente ou Especialista: Cursos de Formação de Sargentos, realizados na Corporação, de acordo com os normas estabelecidas, habilitando o acesso normal até graduação de 2º Sargento, inclusive.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02

A presente emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 286/08, oriundo da Mensagem nº 020/08 do Governo do Estado, objetiva alterar a redação proposta para o artigo 1º do Projeto de Lei 286/08 de modo acrescentar os parágrafos 7º e 8º ao artigo 160 da Lei nº 1943/54 (Código da Polícia Militar do Paraná), segundo redações a seguir:

“Art. 1º O artigo 160 da Lei nº 1943, de 23/06/54 (Código da Polícia Militar do Paraná), passa a vigorar acrescido dos parágrafos 5º, 6º, 7º e 8º, com as seguintes redações:

“Art. 160 ...

...

§ 5º ...

§ 6º ...

§ 7º O direito constante do parágrafo 5º, será incorporado ao vencimento do Policial Militar ao completar 30 (trinta) anos de efetivo serviço.

§ 8º Os percentuais do soldo e gratificações a que se referem os parágrafos 5º e 6º, serão incorporados aos vencimentos na reserva remunerada ou reforma em caso de invalidez permanente ou falecimento.”

Sala das Sessões, em 06/08/08.

(aa) VALDIR ROSSONI, DUÍLIO GENARI, DOUGLAS FABRÍCIO, OSMAR BERTOLDI, MAURO MORAES, NEY LEPREVOST, MARCELO RANGEL, ANTONIO BELINATI, CIDA BORGHETTI E ELIO RUSCH.

JUSTIFICATIVA:

Foi necessária a inclusão dos referidos parágrafos porque o projeto de lei não deixa claro o direito à incorporação do percentual de gratificação quando completados os 30 anos e do percentual de 100%, em caso de morte ou invalidez, antes da conclusão do tempo de serviço.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 03

A presente emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 286/08, oriundo da Mensagem nº 020/08 do Governo do Estado, objetiva alterar a redação do artigo 2º, alterar as redações propostas no artigo 5º, que modifica a redação do artigo 44 da Lei nº 5940/69, no artigo 8º que acresce o artigo 11-A à Lei nº 6417/73 e, por fim, alterar a redação dos artigos 10 e 18 do referido projeto de lei, segundo redações a seguir:

“Art. 2º O direito assegurado em decorrência do acréscimo dos parágrafos 5º e 6º ao artigo 160 da Lei nº 1943, de 23/06/54 (Código da Polícia Militar do Paraná) será extensivo aos policiais militares ocupantes da graduação de Soldado de 1ª classe, Cabo, 3º Sargento, 2º Sargento, 1º Sargento e Subtenente que estejam no mínimo no bom comportamento e que já contem, na atividade, com tempo de efetivo serviço superior a 26 (vinte e seis) anos ou superior a 31 (trinta e um) anos respectivamente, nos percentuais do soldo e das gratificações inerentes à graduação ou posto imediatamente superior, mediante requerimento, importando em ambos os casos, na suspensão obrigatória do direito de transferência à reserva remunerada, pelo tempo necessário, sem prejuízo da transferência compulsória à inatividade prevista na referida lei.”

Art. 5º ...

“Art. 44-A ...

b) estar classificado no mínimo no comportamento bom...”

Art. 8º ...

“Art. 11-A. Ao policial militar, será assegurado o soldo de seu posto ou graduação, em todos os casos não previstos nos artigos 6º e 7º deste Código e o da graduação ou posto imediatamente superior, atendidas as seguintes condições, requisitos e proporções:

I - Aos policiais militares ocupantes da graduação de Soldado de 1ª classe, Cabo, 3º Sargento, 2º Sargento, 1º Sargento e Subtenentes, que completarem no mínimo, 26 (vinte e seis) anos de efetivo serviço para todos os efeitos legais e estiverem, no mínimo no comportamento bom, será assegurado o percentual de 80% (oitenta por cento) do soldo e gratificações da graduação ou posto imediatamente superior.

II - Aos policiais militares ocupantes da graduação de Soldado de 1ª classe, Cabo, 3º Sargento, 2º Sargento, 1º Sargento e Subtenente que completarem, no mínimo, 31 (trinta e um) anos de efetivo serviço para todos os efeitos legais e estiverem, no mínimo, no comportamento bom, será assegurado o direito de complementar o bene-

fício constante no item I, até limite de 100% (cem por cento) do soldo e gratificações da graduação ou posto imediatamente superior.

§ 1º O direito ao soldo da graduação ou posto imediatamente superior, em conformidade com os percentuais definidos nos itens I e II do presente artigo começa no dia em que o policial militar completar o tempo mínimo de efetivo serviço, desde que cumprido o requisito inerente ao comportamento, previstos neste artigo, e encerra-se imediatamente após a promoção à referida graduação ou posto, com previsão na Lei nº 5940, de 08/05/69 - Lei de Promoção de Praças.

...

“Art. 10. Os direitos assegurados em decorrência da introdução do artigo 11-A e da alteração do artigo 18 diante da Lei nº 6417, de 03/07/73 (Código de Vencimentos da Polícia Militar do Paraná) será extensivo aos policiais militares ocupantes da graduação de Soldado de 1ª classe, Cabo, 3º Sargento, 2º Sargento, 1º Sargento e Subtenente, que estejam no mínimo no bom comportamento, e que já contem, na atividade, com tempo de efetivo serviço superior a 26 (vinte e seis) anos ou superior a 31 (trinta e um) anos, nos percentuais respectivos do soldo e das gratificações inerentes à graduação ou posto imediatamente superior, estando os mesmos sujeitos as demais disposições constantes nos referidos artigos.”

...

“Art. 18. Para fins de concessão das gratificações, tomar-se-ão por base o valor do soldo do posto ou graduação que efetivamente possua o policial militar, ressalvados o caso previsto no artigo 9º, quando será considerado o valor do soldo do posto ou graduação correspondente ao cargo, comissão ou função eventualmente desempenhados e caso previsto no artigo 11-A, quando será considerado o valor do soldo da graduação ou posto imediatamente superior.”

Sala das Sessões, em 06/08/08.

(aa) VALDIR ROSSONI, MAURO MORAES, DOUGLAS FABRÍCIO, OSMAR BERTOLDI, NEY LEPREVOST, MARCELO RANGEL, ELIO RUSCH, ANTONIO BELINATI, DUÍLIO GENARI E CIDA BORGHETTI.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda, altera o requisito de comportamento, do ótimo para o bom comportamento, partindo do princípio de que todo o policial militar ao ingressar na Corporação é classificado no bom comportamento, e esta é a exigência, básica para inscrição em concursos e para promoções.

E da forma como foi previsto a exigência de ótimo comportamento, na prática, reduzirá drasticamente oportunidade do policial de rua que se expõe diuturnamente a ocorrência e situações de perigo de alcançar a promoção, haja vista sua maior suscetibilidade de vir a sofrer punições e sanções disciplinares.

Decreto Federal 4346/02, artigo 51, parágrafos 3º e 1º inciso II e III:

§ 3ª Ao ser incorporada ao Exército, a Praça será classificada no comportamento “bom”.

II - ótimo:

a) quando, no período de cinco anos de efetivo serviço, contados a partir do comportamento “bom”, tenha sido punida com a pena de até uma detenção disciplinar;

b) quando, tendo sido condenada por crime culposo, após transitada em julgado a sentença, passe seis anos de efetivo serviço, punida, no máximo, com uma detenção disciplinar, contados a partir do comportamento “bom”, mesmo que lhe tenha sido concedida a reabilitação judicial; e

c) quando, tendo sido condenada por crime doloso, após transitada em julgado a sentença, passe oito anos de efetivo serviço, punida, no máximo, com uma detenção disciplinar, contados a partir do comportamento “bom”, mesmo que lhe tenha sido concedida a reabilitação judicial;

III - bom:

a) quando, no período de dois anos de efetivo serviço, tenha sido punida com a pena de até duas prisões disciplinares; e

b) quando, tendo sido condenada criminalmente, após transitada em julgado a sentença, houver cumprido os prazos previstos para a melhoria de comportamento de que trata o parágrafo 7º deste artigo, mesmo que lhe tenha sido concedida a reabilitação judicial;

Lei de Promoção 5940/69, artigo 25.

Art. 25. Constitui requisito básico para ingresso do Sargento em quadro de acesso:

2I - estar classificado na ordem de antigüidade relativa, entre os 50 (cinquenta) primeiros concorrentes com condições legais de acesso, no Quadro de Combatente e, na primeira metade do efetivo previsto para a graduação no Quadro de Especialistas;

3II - possuir o curso de aperfeiçoamento de Sargentos ou equivalente, realizado na Corporação ou em outra Polícia Militar, para promoção a 1º Sargento ou Subtenente;

4III - possuir o curso de formação de Sargento ou equivalente, realizado na Corporação, para promoção a 2º Sargento;

IV - estar classificado na boa conduta, pelo menos;

V - não estar sub-judice ou cumprindo pena criminal;

Portaria de Ensino/2008 do Comando Geral da PMPR:

Art. 39. São requisitos para inscrição:

I - Estar classificado no comportamento bom.

**EMENDA MODIFICATIVA DE
PLENÁRIO DE Nº 04**

A presente emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 286/08, oriundo da Mensagem nº 020/08 do Governo do Estado, objetiva alterar a redação proposta para o

artigo 3º do Projeto de Lei nº 286/08 conforme redação que segue:

“Art. 3º Aplicam-se às praças da Qualificação Policial Militar 1-4 (músicos) e demais praças especialistas, inclusive dos quadros em processo de extinção, as previsões decorrentes do acréscimo dos parágrafos 5º, 6º, 7º e 8º do artigo 160 da Lei nº 1943, de 23/06/54 (Código da Polícia Militar do Paraná).”

Sala das Sessões, em 06/08/08.

(aa) VALDIR ROSSONI, DOUGLAS FABRÍCIO, DUÍLIO GENARI, MAURO MORAES, OSMAR BERTOLDI, MARCELO RANGEL, NEY LEPREVOST, ELIO RUSCH E CIDA BORGHETTI.

JUSTIFICATIVA:

A emenda assegura o direito dos Policiais Militares, que compõe os quadros de Músicos e Especialista, ao tratamento isonômico, com os combatentes.

O texto original ao retirar-lhes o acesso a vantagem oferecida, ignorava que os músicos e especialistas, são policiais militares, como os demais, com direitos e obrigações, ainda, que todo o PM é basicamente combatente, pois, os critérios para ingresso e o Curso de Formação de Soldados é uno, sendo que o Policial Militar, só opta pela mudança de quadro, quando de sua promoção para Cabo.

Lei nº 1943/54:

Art. 19. Os diferentes postos de hierarquia da Corporação são acessíveis a todos os seus componentes, observadas as condições previstas no presente Código e nos regulamentos em vigor.

Art. 20. O ingresso na Corporação dar-se-à:

a) como Oficial não combatente;

b) como Soldado; e

c) como aluno do Curso de Formação de Oficiais Combatentes.

Art. 21. São condições para ingresso:

I - como oficial não combatente:

II - como Soldado:

a) a ser brasileiro nato;

b) ser reservista do Exército, da Marinha de Guerra ou da Aeronáutica Nacional, ou ser portador de autorização do Comando da região;

c) ser alfabetizado;

d) ter comprovada moralidade;

e) ter capacidade física comprovada pelo serviço de saúde da Corporação;

f) ter no máximo 30 anos de idade. 19.

III - como aluno do CFO:

**EMENDA MODIFICATIVA DE
PLENÁRIO DE Nº 05**

A presente emenda modificativa ao Projeto de Lei nº 286/08, oriundo da Mensagem nº 020/08 do Governo do Estado, objetiva alterar a redação proposta para o artigo 2º do Projeto de Lei nº 286/08 conforme redação que segue:

“Art. 2º O direito assegurado em decorrência do acréscimo dos parágrafos 5º e 6º ao artigo 160 da Lei nº 1943, de 23/06/54 (Código da Polícia Militar do Paraná) será extensivo aos Policiais Militares ocupantes da graduação de Soldado de 1ª Classe, Cabo, 3º Sargento, 2º Sargento, 1º Sargento e Subtenente que estejam no mínimo no bom comportamento e que já contém, na atividade, com tempo de efetivo serviço superior a 26 (vinte e seis) anos ou superior a 31 (trinta e um) anos respectivamente, nos percentuais do soldo e das gratificações inerentes à graduação ou posto imediatamente superior, mediante requerimento, importando em ambos os casos, na suspensão obrigatória do direito de transferência à reserva remunerada, pelo tempo necessário, sem prejuízo da transferência compulsória à inatividade prevista na referida lei.”

Sala das Sessões, em 06/08/08.

(aa) VALDIR ROSSONI, DOUGLAS FABRÍCIO, DUÍLIO GENARI, MAURO MORAES, OSMAR BERTOLDI, MARCELO RANGEL, NEY LEPREVOST, ELIO RUSCH, ANTONIO BELINATI, CIDA BORGHETTI E PASTOR EDSON PRACZYK.

JUSTIFICATIVA:

A emenda faz-se necessária para incluir o termo “pelo tempo necessário” para possibilitar ao policial militar incorporar vantagem mesmo antes de completar os quatro anos exigidos pela lei nos casos em que ocorra aposentadoria compulsória por tempo de serviço ou por idade.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 06

A presente emenda supressiva ao Projeto de Lei nº 286/08, oriundo da Mensagem nº 020/08 do Governo do Estado, objetiva suprimir o artigo 11 da redação originalmente proposta e renumerando-se o artigo 12 como artigo 11.

Sala das Sessões, em 06/08/08.

(aa) VALDIR ROSSONI, DOUGLAS FABRÍCIO, DUÍLIO GENARI, MAURO MORAES, OSMAR BERTOLDI, MARCELO RANGEL, NEY LEPREVOST, ELIO RUSCH, ANTONIO BELINATI, CIDA BORGHETTI E PASTOR EDSON PRACZYK.

JUSTIFICATIVA:

A emenda assegura o direito dos Policiais Militares, que compõe os quadros de Músicos e Especialistas, ao tratamento isonômico, com os combatentes.

O texto original ao retirar-lhes o acesso a vantagem oferecida, ignorava que os músicos e especialistas, são policiais militares, como os demais, com direitos e obrigações, ainda, que todo o PM é basicamente combatente, pois, os critérios para ingresso e o curso de formação de Soldados é uno, sendo que o Policial Militar, só opta pela mudança de quadro, quando de usa promoção para Cabo.

Lei nº 1943/54:

Art. 19. Os diferentes postos de hierarquia da Corporação são acessíveis a todos os seus componentes, observada as condições previstas no presente Código e nos regulamentos em vigor.

Art. 20. O ingresso na Corporação dar-se-á:

a) como oficial não combatente;

O Projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

1ª Discussão

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 326/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Exmo. Sr. Dr. Guilberto Minguetti, professor da Universidade Federal do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (VOTAÇÃO NOMINAL) (Publ. no DA nº 041/07, de 07/05/07, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 326/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto apresentado pela Deputada Cida Borghetti propõe a distinção honorífica ao Sr. Guilberto Minguetti nascido em Garça no estado de São Paulo, atualmente residindo nesta capital tendo como profissão a de professor da UFPR, Médico Neurologista e Diretor do CETAC - Centro de Diagnóstico por Imagem em Curitiba. Entre muitas qualificações acadêmicas destaca-se, além da formação no curso de Medicina pela UFPR 1966/1971, a certificação e diplomação do Educacional Council for Foreign Medical Graduates, Certificate of Temporary Registration As a Medical Practitioner - General Medical Council, Londres e Doutor pela Universidade de Londres em 1976.

Fez pós-graduação em Bioquímica no nível de mestrado pelo Instituto de Bioquímica da Universidade do Paraná em 1971. Foi médico estagiário em tempo integral do Departamento de Clínica Médica da Universidade Federal do Paraná, 1972/73. Full time Course in Clinical Neurology as a Postgraduate Fellow, Instituto de Neurologia da Universidade de Londres em 1973. Clinical Assistant Departamento of Neurology The Hospital for Sick Children, Londres, 1975. Locum Tenens Registrar. Maiada Vale Hospital. University Of London, Londres, 1975. Doutorado em Neurologia pelo Instituto de Neurologia da Universidade de Londres, 1973/1976.

Como professor atuou em diversas áreas de especialização de Neurologia, Neuroatômica Humana, Medicina Interna nível de Mestrado, professor assistente do Departamento de Clínica Médica da Universidade Federal do Paraná, 1978/1980. Professor Orientador do Curso de Pós-Graduação em Medicina Interna, Nível de Mestrado.

1982/1996, Membro do Colegiado de Pós-Graduação em Medicina Interna, nível de Mestrado e Doutorado, 1995/1996.

Atuou no setor público entre outros como professor assistente da disciplina de Neurologia do Departamento de Clínica Médica do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná em 1977.

Participou em comissões, colegiados e Câmaras entre tantas a de Psicologia da Universidade Federal do Paraná, outubro de 1976. Comissão Editorial da Revista Médica do Paraná. Associação Médica do Paraná de 1981/1984. Comissão da Carreira do Magistério (CSPD) do Setor de Ciência da Saúde da Universidade Federal do Paraná de 1981/1983. Plano Diretor da Área Médica - PLADAM, do setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná, 1984.

Além do extenso currículo acadêmico e profissional foi premiado pela revista Imagem com o Prêmio Schering, da Sociedade Paulista de Radiologia, com trabalho científico denominado Ressonância Magnética na Esclerose Múltipla: Análise de 107 Casos”, em 22/09/99.

Fundamentação

Pela Lei nº 13115 de 14/02/01, em seu artigo 1º é concedido o título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao estado do Paraná e que satisfaça pelo menos dois dos requisitos enumerado nesta lei.

Assim dispõe o artigo 1º:

Art. 1º O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito só será concedido à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao estado do Paraná e que satisfaça pelo menos dois dos requisitos seguintes:

I - exercício, com denodo e proficiência, de cargo, função, emprego ou atividade, de natureza pública privada;

II - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral;

III - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais;

IV - ter recuperação ilibada ou conduta pessoal e profissional irrepreensíveis;

V - ter em sua biografia registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacionais e da cidadania.

Quando à competência legislativa a mesma lei em seu artigo 2º assim dispõe:

Art. 2º Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentarem projetos de lei concedendo títulos de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito do estado do Paraná.

No mérito

Ante o exposto verifica-se a plena competência aferida a esta Casa para iniciativa do presente projeto de lei.

Quanto aos requisitos exigidos para a titulação do homenageado caberá quando no mérito a discussão em Plenário pelo currículo apresentado e pelos relevantes serviços prestados a sociedade paranaense estando enquadrado nos termos da Lei nº 13115 de 14/02/01.

Conclusão

Diante da constitucionalidade e estando o presente projeto de lei enquadrado dentro dos parâmetros da boa técnica legislativa previstos na Lei nº 095/98, somos de parecer favorável pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 10/12/07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ARTAGÃO JÚNIOR - Relator

Em discussão. Em votação.

Para encaminhar, Deputada Cida Borghetti.

A SRA. CIDA BORGHETTI (PP)

Apenas para ler um breve currículo do nosso homenageado da tarde de hoje aos nobres pares desta Casa que possam nos acompanhar votando com a expressão SIM o título de Cidadão Honorário do estado do Paraná a esta figura humana, ao Dr. Professor Guilberto Minguetti que colabora muito para a academia científica, médica do estado do Paraná e também do Brasil, professor que é da Universidade Federal do Paraná, orientar daquela cadeira da Universidade, de Mestrado, Doutorado, e então, gostaria de pedir aos nossos colegas Deputados e Deputadas que nos acompanhem votando com a expressão SIM.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Solicito a atenção dos Srs. Deputados para a votação do projeto da Deputada Cida que concede o título de Cidadão Honorário ao professor Guilberto Minguetti.

Os Srs. Deputados que forem favoráveis votam com a expressão SIM.

Os Srs. Deputados que forem contrários votam com a expressão NÃO.

Está em votação.

(Pausa)

Trinta Srs. Deputados votam com a expressão SIM. Está aprovado o projeto que concede o título de Cidadão Honorário ao professor Guilberto Minguetti, por unanimidade.

A SRA. CIDA BORGHETTI (PP)

Apenas para agradecer aos nobres Pares a unanimidade desse título tão importante para uma pessoa que ajuda a academia da área da saúde do estado do Paraná.

Obrigada.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1974, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1979, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1982, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 1985, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 850/07; 192 e 250/08.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 326/08.

Levanta-se a Sessão.

